

1 **ATA DA QUADRINGÉSIMA DÉCIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA**
2 **CÂMARA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO DO CONSELHO**
3 **UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS.** Aos quatro dias
4 do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e cinco, às dez horas, reuniu-se de forma
5 presencial a Câmara de Ensino, Pesquisa e Extensão do Conselho Universitário da Universidade
6 Estadual de Campinas, sob a presidência do Magnífico Reitor da Universidade, Professor
7 Doutor PAULO CÉSAR MONTAGNER, e com o comparecimento dos seguintes conselheiros:
8 Amanda dos Santos de Deus, Ana Maria Alves Carneiro da Silva, Ana Maria Frattini Fileti,
9 Anderson de Souza Sant'Ana, André Kaysel Velasco e Cruz, Arnaldo César da Silva Walter,
10 Clarisse Palma da Silva, Cláudia Vianna Maurer Morelli, Cláudio Francisco Tormena, Cláudio
11 José Servato, Daniel Martins de Souza, Débora Cristina Jeffrey, Eduardo Gurgel do Amaral,
12 Emilson Pereira Leite, Fernanda Garanhani de Castro Surita, Fernando Antonio Santos Coelho,
13 Fernando Augusto de Almeida Hashimoto, Giovanna da Costa Romaro, Jörg Kobarg, Josely
14 Rimoli, Leonardo Lorenzo Bravo Roger, Lucas Santos Marçal, Marcos Nogueira Martins,
15 Mônica Alonso Cotta, Paulo José Rocha de Albuquerque, Roberta Cunha Matheus Rodrigues,
16 Rodolfo Jardim de Azevedo, Ronaldo Rômulo Machado de Almeida e Sandro Dias. Como
17 convidados, compareceram os professores: Cristiane Maria Megid, Edmilson Manganote,
18 Fernando Sarti, Flávio Henrique Baggio Aguiar, Luciana de Lione Melo e Marcelo Dotti; a
19 doutora Fernanda Lavras Costallat Silvado; e os senhores Maria Aparecida Quina de Souza,
20 Marli Rodrigues Armelin e Paulo Eduardo Fávero. Justificaram ausência à Sessão os seguintes
21 conselheiros: Rachel Meneguello, sendo substituída pelo conselheiro Rodolfo Jardim de
22 Azevedo; José Antonio Rocha Gontijo, sendo substituído pelo conselheiro André Kaysel
23 Velasco e Cruz; Luara Souza de Oliveira; e Erika Chioca Furlan. Havendo número legal, o
24 MAGNÍFICO REITOR dá início à Quadringéssima Décima Sétima Sessão Ordinária da
25 Câmara de Ensino, Pesquisa e Extensão, fazendo sua autodescrição: é um homem branco, de
26 cabelos grisalhos, usa óculos de aros pretos, veste uma camisa rosa, uma gravata preta com
27 detalhes em vermelho, um paletó cinza, e atrás de si há uma parede cinza. Esta Sessão está
28 sendo transmitida pelo YouTube e ocorre em uma sala de 142 metros quadrados, com
29 capacidade para 81 pessoas sentadas. O ambiente conta com cinco fileiras de mesas contínuas
30 para os conselheiros e uma mesa para a presidência, que fica de frente para as outras cinco.
31 Sobre todas as mesas há laptops e microfones para que os membros possam acessar as pautas e
32 fazer uso da palavra sem precisar se deslocar. Sugere que os conselheiros também façam uma
33 breve autodescrição no início de suas primeiras falas. O tempo da autodescrição não será
34 cronometrado. Solicita aos membros titulares que façam *login* no *site* da SG e acessem o menu
35 Cepe - Sessões, para que tenham a presença registrada e recebam as cédulas de votação. Quando
36 estiverem logados, todos os documentos ficarão acessíveis. É imprescindível que os
37 conselheiros utilizem os computadores da sala de reuniões e que não fechem a página da SG
38 (menu Sessões). Caso a cédula de votação não apareça para algum conselheiro, ele deve
39 aguardar a finalização da votação em curso e, em seguida, pedir a palavra para declarar seu voto
40 no microfone. Para manifestação, os conselheiros deverão levantar a mão e respeitar o limite

1 temporal de cinco minutos para a Ordem do Dia e três minutos para o Expediente. A inscrição
2 para o Expediente deve ser realizada por meio do livro de inscrições que se encontra sobre a
3 mesa lateral à sua direita. Informa que, a partir de 24.10.25, o representante discente Lucas
4 Santos Marçal assume a titularidade junto à Cepe, em substituição ao conselheiro Ângelo
5 Roberto Biasi, que foi desligado do Consu em virtude da conclusão e defesa de sua tese de
6 doutorado. A seguir, submete à apreciação a Ata da Quadringentésima Décima Sexta Sessão
7 Ordinária, realizada em 7 de outubro de 2025. Consulta se há observações por parte dos
8 conselheiros. Não havendo, submete à votação a referida Ata, que é aprovada com 04
9 abstenções. Passa à Ordem do Dia, com 70 itens, informando que os itens 07 – 37-P-7517/2025
10 –, da FT e 69 - 01-P-9788/2025 – já estão destacados pela Mesa. Pergunta se há destaques por
11 parte dos conselheiros. O Conselheiro PAULO JOSÉ ROCHA DE ALBUQUERQUE destaca
12 o item 49 – Proc. nº 02-P-28951/2021 –, da Faculdade de Ciências Médicas. Não havendo mais
13 destaques, o MAGNÍFICO REITOR submete à votação os itens não destacados da Ordem do
14 Dia, sendo aprovados, com 01 abstenção, os pareceres que subsidiaram os seguintes processos:
15 I – A – Regras e Procedimentos Internos para Realização de Concursos para Provimento de
16 Cargo de Professor Doutor – Para Homologação - Parágrafo único do Artigo 17 da Deliberação
17 Consu-A-04/2025 – 01) Proc. nº 37-P-40719/2025, da Faculdade de Tecnologia – Minuta da
18 Deliberação Cepe que dispõe sobre as regras e procedimentos internos à Faculdade de
19 Tecnologia para realização de concursos para provimento de cargo de Professor Doutor –
20 Aprovação pela Congregação em 02.10.25 – Pareceres PG-2522/25 e CLN-81/25. 02) Proc. nº
21 01-P-2355/1986, do Instituto de Artes – Minuta da Deliberação Cepe que dispõe sobre as regras
22 e procedimentos internos ao Instituto de Artes para realização de concursos para provimento de
23 cargo de Professor Doutor – Aprovação pela Congregação em 16.10.25 – Pareceres PG-
24 2525/25, 2943/25 e CLN-83/25. 03) Proc. nº 34-P-33125/2025, do Instituto de Computação –
25 Minuta da Deliberação Cepe que dispõe sobre as regras e procedimentos internos ao Instituto
26 de Computação para realização de concursos para provimento de cargo de Professor Doutor –
27 Aprovação pela Congregação em 06.08.25 – Pareceres PG-2530/25, PG-2945/25 e CLN-87/25.
28 04) Proc. nº 11-P-23328/2025, do Instituto de Química – Minuta da Deliberação Cepe que
29 dispõe sobre as regras e procedimentos internos ao Instituto de Química para realização de
30 concursos para provimento de cargo de Professor Doutor – Aprovação pela Congregação em
31 26.08.25 – Pareceres PG-1892/25, PG-2531/2025 e CLN-82/25 – B – Graduação – Calendário
32 Escolar – Para Aprovação – Artigo 48 da Deliberação Consu-A-10/2015 – 05) Proc. nº 01-P-
33 26301/2025, da Faculdade de Ciências Médicas – Calendário Escolar para o ano letivo de 2026
34 do Curso de Graduação em Medicina para os 4º, 5º e 6º anos – Aprovação pela Congregação
35 em 29.08.25 – Parecer CCG-13/25 – C – Projeto Pedagógico e Criação de Curso Técnico em
36 Administração – Para Aprovação e Homologação – Artigos 5º e 77 da Deliberação CAD-A-
37 06/2022 – 06) Proc. nº 13-P-32368/2025, do Colégio Técnico de Limeira – a) Proposta de
38 criação do Curso Técnico em Administração; e b) Projeto Político Pedagógico do Curso
39 Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio – Aprovação pela Congregação em
40 11.08.25 – Informação DEEDUC/COOA-17/25, Deliberação CCEMT-04/25 e Of.Cotil-105/25

1 – D – Concursos para Provimento de Cargos de Professor Titular – Deliberação Consu-A-
2 09/2015 – b) Pareceres Finais – Para Homologação - 08) Proc. nº 02-P-45022/2022, da
3 Faculdade de Ciências Médicas – (01 cargo/RTP) – área de Política, Planejamento e Gestão em
4 Saúde, disciplina MD945 – Departamento de Saúde Coletiva – Habilitada: Rosana Teresa
5 Onocko Campos – Aprovação pela Congregação em 29.08.25 – Pareceres da Comissão
6 Julgadora e CIDD-239/25. 09) Proc. nº 02-P-21468/2023, da Faculdade de Ciências Médicas –
7 (01 cargo/RTP) – disciplina MD943, Departamento de Clínica Médica – Habilitados: 1º
8 Mariângela Ribeiro Resende e 2º Plínio Trabasso – Aprovação pela Congregação em 29.08.25
9 – Pareceres da Comissão Julgadora e CIDD-238/25. 10) Proc. nº 02-P-5047/2025, da Faculdade
10 de Ciências Médicas – (01 cargo/RTP) – área de Radiologia Diagnóstica e Terapêutica, nas
11 disciplinas MD758, RM249, RM251 e RM254 – Departamento de Radiologia e Oncologia –
12 Habilitado: Celso Dário Ramos – Aprovação pela Congregação em 29.08.25 – Pareceres da
13 Comissão Julgadora e CIDD-236/25. 11) Proc. nº 02-P-6736/2025, da Faculdade de Ciências
14 Médicas – (01 cargo/RTP) – área de Neurologia, disciplina MD754, Departamento de
15 Neurologia – Habilitado: Marcondes Cavalcante França Junior – Aprovação pela Congregação
16 em 29.08.25 – Pareceres da Comissão Julgadora e CIDD-237/25. 12) Proc. nº 10-P-
17 34853/2024, do Instituto de Matemática, Estatística e Computação Científica – (01 cargo/RTP)
18 – área de Modelos Probabilísticos e de Regressão, disciplinas ME323, ME524 e ME919 –
19 Departamento de Estatística – Habilitados: 1º Yevgeniy Vlasdislavovich Kovchegov e 2º Caio
20 Lucidius Naberezny Azevedo – Aprovação pela Congregação em 04.09.25 – Pareceres da
21 Comissão Julgadora e CIDD-240/25 – E – Concursos para Provimento de Cargos de Professor
22 Doutor – Deliberação Consu-A-30/2013 – a) Pareceres Finais – Para Homologação – 13) 36-P-
23 7869/2025, da Faculdade de Ciências Aplicadas – (01 cargo/RTP) – área de Núcleo das
24 Engenharias, disciplinas LE303 e PO135 – Habilitados: 1º Kamyła Maria Ferreira, 2º
25 Guilherme Vieira Neto, 3º Helena de Almeida Maia e 4º Stefânia Jarosz - Aprovação pela
26 Congregação em 03.09.25 – Pareceres da Comissão Julgadora e CIDD-235/25. 14) 02-P-
27 26279/2024, da Faculdade de Ciências Médicas – (01 cargo/RTP) – área de Neurologia Infantil,
28 disciplina MD410 - Departamento de Neurologia – Habilitado: Danilo dos Santos Silva –
29 Aprovação pela Congregação em 29.08.25 – Pareceres da Comissão Julgadora e CIDD-229/25.
30 15) 23-P-22826/2024, da Faculdade de Educação Física – (01 cargo/RTP) – área de Atividade
31 Física Adaptada, disciplinas EF631, FF190 e EF216 – Departamento de Estudos da Atividade
32 Física Adaptada – Habilitados: 1º Anselmo de Athayde Costa e Silva e 2º Luis Felipe Castelli
33 Correia de Campos – Aprovação pela Congregação em 27.08.25 – Pareceres da Comissão
34 Julgadora e CIDD-234/25. 16) 18-P-35918/2024, da Faculdade de Engenharia Química – (01
35 cargo/RTP) – área de Engenharia de Sistemas Biológicos, disciplinas EQ242 e EQ212 –
36 Departamento de Engenharia de Materiais e de Bioprocessos – Habilitados: 1º Rogério
37 Aparecido Bataglioli, 2º Luiz Guilherme Lomonaco Germiniani, 3º Fellipe da Silveira Bezerra
38 de Mello e 4º Bruna Gregatti de Carvalho – Aprovação pela Congregação em 29.08.25 –
39 Pareceres da Comissão Julgadora e CIDD-230/25. 17) 21-P-8274/2025, do Instituto de Estudos
40 da Linguagem – (01 cargo/RTP) – áreas de História e Historiografia Literária, disciplinas

1 TL224 e TL419 - Departamento de Teoria Literária – Habilitados: 1º Maria Rita Drumond
2 Viana, 2º Mariana Peceguini Ruggieri, 3º Filipe Bitencourt Manzoni, 4º Camila Hespagnol
3 Peruchi, 5º Laila Thaís Correa e Silva, 6º Gustavo Ramos de Souza e 7º Natalie Souza de Araújo
4 Lima – Aprovação pela Congregação em 28.08.25 – Pareceres da Comissão Julgadora e CIDD-
5 231/25. 18) 21-P-8464/2025, do Instituto de Estudos da Linguagem – (01 cargo/RTP) – área de
6 Análise do Discurso, disciplinas HL325, HL832 e HL056 – Departamento de Linguística –
7 Habilitados: 1º Renata de Oliveira Carreon e 2º Eduardo Alves Rodrigues - Aprovação pela
8 Congregação em 28.08.25 – Pareceres da Comissão Julgadora e CIDD-232/25. 19) 21-P-
9 8473/2025, do Instituto de Estudos da Linguagem – (01 cargo/RTP) – áreas de Estudos
10 Clássicos/Letras Clássicas, disciplinas HL143, HL243, HL343, HL443, HL543, HL643,
11 HL743 e HL843 - Departamento de Linguística – Habilitados: 1º Luciano César Garcia Pinto,
12 2º Eduardo Henrik Aubert, 3º Alex Mazzanti Junior e 4º Renan Marques Liparotti – Aprovação
13 pela Congregação em 28.08.25 – Pareceres da Comissão Julgadora e CIDD-233/25 – b)
14 Disponibilização de Cargos – Para Aprovação – Deliberação Consu-A-17/2002 – 20) Proc. nº
15 19-P-16441/2022, da Faculdade de Educação – Disponibilização de mais 01 cargo/RTP para
16 seguir com as providências cabíveis visando à nomeação da 2º classificada no concurso para
17 provimento de cargo de Professor Doutor – área de Psicologia Educacional, disciplinas EL511
18 e EP915 – Departamento de Psicologia Educacional – Aprovação pela Congregação em
19 24.09.25. 21) Proc. nº 19-P-34552/2024, da Faculdade de Educação – Disponibilização de mais
20 01 cargo/RTP para seguir com as providências cabíveis visando à nomeação da 2ª classificada
21 no concurso para provimento de cargo de Professor Doutor – área de Psicologia, Processos de
22 Subjetivação e Educação Inclusiva, disciplina EP094 e área de Psicologia e Educação de
23 Surdos, disciplinas EL213 e EL774 – Departamento de Psicologia Educacional – Aprovação
24 pela Congregação em 24.09.25. 22) Proc. nº 18-P-35918/2024, da Faculdade de Engenharia
25 Química – Disponibilização de mais 01 cargo/RTP para seguir com as providências cabíveis
26 visando à nomeação do 2º classificado no concurso para provimento de cargo de Professor
27 Doutor – área de Engenharia de Sistemas Biológicos, disciplinas EQ242 e EQ212 –
28 Departamento de Engenharia de Materiais e de Bioprocessos – Aprovação pela Congregação
29 em 29.08.25. 23) Proc. nº 10-P-32521/2024, do Instituto de Matemática, Estatística e
30 Computação Científica – Disponibilização de mais 01 cargo/RTP para seguir com as
31 providências cabíveis visando à nomeação do 2º classificado no concurso para provimento de
32 cargo de Professor Doutor – área de Geometria e suas Aplicações, disciplinas MA852 e MM423
33 – Departamento de Matemática – Aprovação pela Congregação em 02.10.25 – F – Promoções
34 por Mérito – Carreira MS – Níveis Intermediários – Pareceres Finais – Para Homologação –
35 Deliberação Consu-A-27/2014 – 24) Proc. nº 02-P-11008/2025, da Faculdade de Ciências
36 Médicas - Nível MS–5.1 para Nível MS–5.2 - Andrei Fernandes Joaquim - Parecer CIDD-
37 241/25, Enrico Ghizoni - Parecer CIDD-242/25 e Ibsen Bellini Coimbra - Parecer CIDD-243/25
38 – Nível MS–5.2 para Nível MS–5.3 - Sérgio Rocha Piedade - Parecer CIDD-244/25 -
39 Aprovação pela Congregação em 29.08.25 (Parecer da Comissão de Avaliação). 25) Proc. nº
40 02-P-20237/2025, da Faculdade de Ciências Médicas - Nível MS–3.1 para Nível MS–3.2 - José

1 Paulo de Siqueira Guida - Parecer CIDD-247/25 - Nível MS-5.1 para Nível MS-5.2 - Joana
2 Fróes Bragança Bastos - Parecer CIDD-246/25 e Luiz Gustavo Oliveira Brito - Parecer CIDD-
3 248/25 - Nível MS-5.2 para Nível MS-5.3 e César Cabello dos Santos - Parecer CIDD-245/25
4 - Aprovação pela Congregação em 29.08.25 (Parecer da Comissão de Avaliação). 26) Proc. nº
5 02-P-20240/2025, da Faculdade de Ciências Médicas - Nível MS-5.1 para Nível MS-5.2 -
6 Maria Cecília Marconi Pinheiro Lima - Parecer CIDD-249/25 - Aprovação pela Congregação
7 em 29.08.25 (Parecer da Comissão de Avaliação). 27) Proc. nº 02-P-20243/2025, da Faculdade
8 de Ciências Médicas - Nível MS-3.1 para Nível MS-3.2 - Bruno Augusto Goulart Campos -
9 Parecer CIDD-250/25 - Nível MS-5.1 para Nível MS-5.2 - Roger Frigério Castilho - Parecer
10 CIDD-253/25 e Carlos Takahiro Chone - Parecer CIDD-252/25 e Nível MS-5.2 para Nível
11 MS-5.3 - Carlos Eduardo Steiner - Parecer CIDD-251/25 - Aprovação pela Congregação em
12 29.08.25 (Parecer da Comissão de Avaliação). 28) Proc. nº 05-P-16997/2025, da Faculdade de
13 Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo - Nível MS-5.1 para Nível MS-5.2 - Adriano Luiz
14 Tonetti - Parecer CIDD-254/25, Daniel de Carvalho Moreira - Parecer CIDD-255/25, José
15 Gilberto Dalfré Filho - Parecer CIDD-256/25, Luana Mattos de Oliveira Cruz - Parecer CIDD-
16 257/25, Patrícia Dalsoglio Garcia - Parecer CIDD-258/25 e Tiago Zenker Gireli - Parecer
17 CIDD-259/25 - Aprovação pela Congregação em 04.09.25 (Pareceres da Comissão de
18 Avaliação). 29) Proc. nº 23-P-24313/2025, da Faculdade de Educação Física - Nível MS-3.1
19 para Nível MS-3.2 - Lígia de Moraes Antunes Corrêa - Parecer CIDD-269/25 - Aprovação pela
20 Congregação em 27.08.25 (Parecer da Comissão de Avaliação). 30) Proc. nº 37-P-35744/2025,
21 da Faculdade de Tecnologia - Nível MS-5.1 para Nível MS-5.2 - Simone Andréa Pozza -
22 Parecer CIDD-275/25 - Aprovação pela Congregação em 04.09.25 (Parecer da Comissão de
23 Avaliação). 31) Proc. nº 34-P-19129/2025, do Instituto de Computação - Nível MS-3.1 para
24 Nível MS-3.2 - Marcos Medeiros Raimundo - Parecer CIDD-273/25 - Nível MS-5.1 para Nível
25 MS-5.2 - Julio Cesar dos Reis - Parecer CIDD-271/25, Lehilton Lelis Chaves Pedrosa - Parecer
26 CIDD-272/25, Fábio Luiz Usberti - Parecer CIDD-270/25 e Guilherme Pimentel Telles -
27 Parecer CIDD-274/25 - Aprovação pela Congregação em 03.09.25 (Parecer da Comissão de
28 Avaliação). 32) Proc. nº 22-P-17331/2025, do Instituto de Geociências - Nível MS-5.1 para
29 Nível MS-5.2 - Adriana Maria Bernardes da Silva - Parecer CIDD-260/25, Alfredo Borges de
30 Campos - Parecer CIDD-261/25, Antonio Carlos Vitte - Parecer CIDD-262/25, Claudete de
31 Castro Vitte - Parecer CIDD-263/25, Janaina Oliveira Pamplona da Costa - Parecer CIDD-
32 264/25, Rafael Straforini - Parecer CIDD-265/25, Raul Reis Amorim - Parecer CIDD-266/25,
33 Ricardo Abid Castillo - Parecer CIDD-267/25 e Wagner da Silva Amaral - Parecer CIDD-
34 268/25 - Aprovação pela Congregação em 03.09.25 (Pareceres da Comissão de Avaliação) – G
35 – Progressão por Mérito – Carreira MTS – Para Aprovação - Deliberação Consu-A-10/2001 -
36 33) Proc. nº 37-P-36023/2025, da Faculdade de Tecnologia – Nível MTS-B3 para MTS-B4 -
37 Adilson José Rossini – RTP, em jornada de 12 horas semanais – Parecer CIDD-278/25 -
38 Aprovação pela Congregação em 05.06.25 (Parecer da Comissão de Avaliação) – H –
39 Equivalência de Título – Para Homologação - Deliberação Cepe-A-13/2021 - 34) Proc. nº 17-
40 P-30993/2013 - Alfredo Luiz Paes de Oliveira Suppia – Instituto de Artes – Equivalência de

1 Título de Livre Docente, obtido junto ao Departamento de História da Arte da Universidade
2 Federal de São Paulo, ao de Livre Docente conferido pela Unicamp – Aprovação pela
3 Congregação em 28.08.25 – Parecer CIDD-279/25 – I – Extensão – Para Aprovação – a)
4 Programas de Extensão – Deliberação Cepe-A-23/2020 – Artigo 1º, § 2º da Deliberação Cepe-
5 A-16/2020 – Deliberação Cepe-A-22/2021 - 35) Proc. nº 07-P-35472/2025, do Instituto de
6 Biologia - “Biblioteca Digital de Ciências” – sob a responsabilidade do Professor Eduardo
7 Galembeck – Homologação pela Congregação em 24.09.25 – Parecer Conext-104/25. 36) Proc.
8 nº 09-P-36163/2025, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - “Haja: direito à cidade e à
9 vida digna em Campinas” – sob a responsabilidade da Professora Josianne França Cerasoli –
10 Homologação pela Congregação em 03.09.25 – Parecer Conext-103/25 - b) Cursos de Extensão
11 - Cursos Novos - Deliberação Cepe-A-23/2020 - 37) Proc. nº 01-P-37688/2025, da Faculdade
12 de Ciências Farmacêuticas – “Formação em microbiologia industrial: boas práticas de
13 laboratório, preparo de meios e microscopia” – oferecido sob demanda, sob a responsabilidade
14 da Profa. Karina Cogo Müller. – Carga Horária: 12 horas – Custo por aluno: R\$ 1.163,37 –
15 Aprovação pela Congregação em 12.09.25 – Parecer Conext-91/25. 38) Proc. nº 01-P-
16 37919/2025, da Faculdade de Educação – “IA e pensamento computacional com alma e
17 movimento” – oferecido sob demanda, sob a responsabilidade do Prof. Sergio Ferreira do
18 Amaral – Carga Horária: 36 horas – Custo por aluno: R\$ 96,06 – Aprovação pela Congregação
19 em 27.08.25 – Parecer Conext-92/25. 39) Proc. nº 01-P-37185/2025, da Faculdade de
20 Engenharia Agrícola – “Bioinsumos” – oferecido sob demanda, sob a responsabilidade da
21 Profa. Vanilde Ferreira de Souza Esquerdo - Carga Horária: 30 horas – Curso gratuito –
22 Aprovação pela Congregação em 13.08.25 – Parecer Conext-97/25. 40) Proc. nº 01-P-
23 37494/2025, da Faculdade de Enfermagem – “Terapia floral de Bach e autocuidado emocional”
24 – oferecido sob demanda, sob a responsabilidade da Profa. Suzimar de Fátima Benato Fusco –
25 Carga Horária: 20 horas – Custo por aluno: R\$ 300,00 – Aprovação pela Congregação em
26 11.04.25 – Parecer Conext-94/25. 41) Proc. nº 01-P-37983/2025, da Faculdade de Enfermagem
27 – “Laserterapia e lesões cutâneas” – oferecido sob demanda, sob a responsabilidade da Profa.
28 Maria Helena de Melo Lima – Carga Horária: 30 horas – Custo por aluno: R\$ 856,67 –
29 Aprovação pela Congregação em 14.03.25 – Parecer Conext-93/25. 42) Proc. nº 01-P-
30 37274/2025, da Faculdade de Engenharia Química – “Excelência e Sustentabilidade na Gestão
31 de Condomínios” – oferecido sob demanda, sob a responsabilidade do Prof. Dirceu Noriler –
32 Carga Horária: 300 horas – Custo por aluno: R\$13.576,09 – Aprovação pela Congregação em
33 29.08.25 – Parecer Conext-95/25. 43) Proc. nº 01-P-37374/2025, da Faculdade de Odontologia
34 de Piracicaba – “Patologia Oral” – oferecido sob demanda, sob a responsabilidade do Prof.
35 Pablo Agustin Vargas – Carga Horária: 72 horas – Custo por aluno: R\$ 3.000,00 – Curso
36 Atualização Universitária – Aprovação pela Congregação em 10.09.25 – Parecer Conext-
37 100/25. 44) Proc. nº 01-P-37444/2025, da Faculdade de Odontologia de Piracicaba – “Cirurgia
38 Bucal” – oferecido sob demanda, sob a responsabilidade do Prof. Tiburtino José de Lima Neto
39 – Carga Horária: 120 horas – Custo por aluno: R\$ 10.000,00 – Curso Atualização Universitária
40 – Aprovação pela Congregação em 10.09.25 – Parecer Conext-99/25. 45) Proc. nº 01-P-

1 35061/2025, do Instituto de Estudos da Linguagem – “Linguagem, Sexualidade e Erotismo” –
2 oferecido sob demanda, sob a responsabilidade do Prof. Lauro José Siqueira Baldini – Carga
3 Horária: 30 horas – Custo por aluno: R\$ 500,00 – Aprovação pela Congregação em 28.08.25 –
4 Parecer Conext-90/25 – c) Alteração – Para Aprovação – 46) Proc. nº 01-P-8793/2020, da
5 Faculdade de Engenharia Agrícola – Reestruturação do curso de Formação de Especialistas
6 “Ergonomia” – Homologação pela Congregação em 15.10.25 – Parecer Conext-98/25. 47)
7 Proc. nº 01-P-17005/2021, da Faculdade de Engenharia Química – Reestruturação do curso de
8 Formação de Especialistas “Técnicas de Inteligência Artificial aplicadas às engenharias de
9 processos” – Aprovação pela Congregação em 29.08.25 – Parecer Conext-96/25. 48) Proc. nº
10 01-P-19721/2023, da Faculdade de Odontologia de Piracicaba – Reestruturação do curso de
11 Atualização Universitária “Habilitação em Laserterapia” – Aprovação pela Congregação em
12 10.09.25 – Parecer Conext-102/25 – J – Convênios, Contratos e Termos Aditivos – a) A ser
13 celebrados – Para Aprovação - Deliberação Consu-A-16/2022, de 07.06.22 50) Proc. nº 02-P-
14 41856/2023, da Faculdade de Ciências Médicas - Espécie: Convênio de Cooperação - Partes:
15 Unicamp e Serviço de Saúde Dr. Cândido Ferreira – SSCF - Executores: Amilton dos Santos
16 Junior e Otávio Prado Alabarse - Vigência: 01 ano - Resumo do Objeto: Propiciar o treinamento
17 de médicos residentes da especialidade de Psiquiatria da Unicamp no SSCF, bem como
18 treinamento dos residentes de Psiquiatria do SSCF na Unicamp, visando o desenvolvimento
19 dos programas de Residência Médica de ambas as instituições, nos termos da legislação de
20 Residência Médica em vigor, e dos regimentos dos Conselhos de Residência Médica (Coreme)
21 das partes, conforme Plano de Trabalho - Parecer: Cacc. 51) Proc. nº 02-P-48710/2023, da
22 Faculdade de Ciências Médicas - Espécie: Convênio de Colaboração - Partes: Unicamp e
23 Comissão de Residência Médica (Coreme) do Hospital Vera Cruz - Executores: Maurício
24 Wesley Perroud Junior e Mônica Corso Pereira - Vigência: 05 anos - Resumo do Objeto:
25 Cooperação técnico-científica entre a Unicamp a Comissão de Residência Médica do Hospital
26 Vera Cruz, com a finalidade de viabilizar o treinamento de médicos residentes da especialidade
27 de Clínica Médica, no serviço de Pneumologia – FCM/Unicamp, conforme Plano de Trabalho
28 - Parecer: Cacc. 52) Proc. nº 18-P-20338/2024, da Faculdade de Engenharia Química - Espécie:
29 Contrato - Partes: Unicamp/Funcamp e Myralis Indústria Farmacêutica Ltda. - Executores:
30 Dirceu Noriler e Leonardo Vasconcelos Fregolente - Recursos: Conforme Cláusula Terceira –
31 Valor e Pagamento e Anexo I - Vigência: 12 meses - Resumo do Objeto: Prestação de serviços
32 de análises químicas e físico químicas dentro do escopo de atuação do Laboratório de
33 Caracterização de Biomassa, Recursos Analíticos e de Calibração – LRAC da Faculdade de
34 Engenharia Química. Parecer: Cacc. 53) Proc. nº 37-P-10420/2025, da Faculdade de
35 Tecnologia - Espécie: Acordo de Cooperação - Partes: Unicamp e Universidade Federal de
36 Alagoas – UFAL - Executores: André César Martins Cavalheiro e Leonardo Lorenzo Bravo
37 Roger - Vigência: 05 anos - Resumo do Objeto: Execução do projeto de pesquisa
38 “Desenvolvimento de tecnologias ultrassônicas para aplicações industriais e biomédicas”,
39 conforme Plano de Trabalho. Parecer: Cacc. 54) Proc. nº 07-P-27484/2025, do Instituto de
40 Biologia - Espécie: Acordo de Cooperação - Partes: Unicamp/Funcamp e Swedish University

1 of Agricultural Sciences – SLU – Suécia - Executores: André Victor Lucci Freitas e Raquel
2 Gomes Hatamoto - Recursos: R\$ 80.850,00 - Vigência: 36 meses - Resumo do Objeto:
3 Execução do projeto de pesquisa “SPECTRO: *Causes and consequences of higher host*
4 *specialisation in the tropics - the role of ecological and evolutionary processes, and of data*
5 *bias*”, conforme Plano de Trabalho - Parecer: Cacc. 55) Proc. nº 08-P-9182/2025, do Instituto
6 de Física Gleb Wataghin - Espécie: Acordo de Cooperação - Partes: Unicamp e Microsystems
7 and Nanotechnology Division of the Physical Measurement Laboratory of the National Institute
8 of Standards and Technology (NIST) – EUA - Executores: Pierre Louis de Assis e Newton
9 Cesário Frateschi - Vigência: 05 anos - Resumo do Objeto: Cooperar no desenvolvimento de
10 dispositivos fotônicos integrados heterogêneos para processamento de informações clássicas e
11 quânticas, abrangendo o *design*, a fabricação do dispositivo e a caracterização do dispositivo,
12 através da execução do projeto “Integração de emissores de fótons únicos em circuitos
13 fotônicos: superando o gargalo da fonte de *qubits*” - Informação: Cacc. 56) Proc. nº 01-P-
14 18860/2025, do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas – Espécie: Contrato de Prestação de
15 Serviços - Partes: Unicamp/Funcamp e Casa da Criança Armanda Malvina Mendonça -
16 Executores: Roberta Rocha Borges e Patrícia Fernanda de Andrade Romera - Recursos: R\$
17 30.000,00 - Vigência: 24 meses - Resumo do Objeto: Realização de atividades especializadas
18 relacionadas a pesquisa científica, assessoria e orientação pedagógica, bem como apoio técnico
19 para publicações, conforme Plano de Trabalho - Parecer: Cacc - b) Para Homologação da
20 Aprovação Ad Referendum do Reitor - Deliberação Consu-A-16/2022 - Deliberação Consu-A-
21 12/2018 – 57) Proc. nº 01-P-24317/2025, do Centro de Estudos de Energia e Petróleo - Espécie:
22 Termo de Cooperação - Partes: Unicamp, Universidade Federal de Goiás – UFG e Petrobras,
23 com interveniência administrativa da Fundação de Apoio à Pesquisa – Funape - Executores:
24 João Paulo Vita Damasceno e Leandro Wang Hantao - Data de Assinatura: 05.08.25 - Recursos:
25 Conforme Cláusula Sexta - Do Aporte Financeiro e Repasses - Vigência: 1.095 dias - Resumo
26 do Objeto: Desenvolvimento do projeto de PD&I “Desenvolvimento de metodologia baseada
27 em espectrometria de massas de alta resolução para caracterização avançada de frações
28 residuais de petróleo de baixo valor agregado com vistas à obtenção de novos materiais”.
29 Informação: Cacc. 58) Proc. nº 01-P-30180/2025, do Centro de Estudos de Energia e Petróleo
30 - Espécie: Primeiro Termo Aditivo ao Convênio de Cooperação - Partes: Unicamp/Funcamp e
31 Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa – Fundep - Executores: Ludmila Corrêa de Alkmin
32 e Silva e Jony Javorski Eckert - Data de Assinatura: 24.09.25 - Recursos: R\$ 278.388,33 -
33 Vigência: Até 31.07.26 - Resumo do Objeto: Execução do projeto “Definição de rotas
34 representativas brasileiras para simulação de eficiência energética na ferramenta VECTO”,
35 objetivando definir rotas representativas que reflitam as características do transporte no Brasil,
36 atendendo às particularidades topográficas e de infraestrutura do país, além de considerar os
37 padrões operacionais de veículos pesados, especificamente dos caminhões tratores 6x2 e 6x4 -
38 Parecer: Cacc. 59) Proc. nº 36-P-25373/2025, da Faculdade de Ciências Aplicadas - Espécie:
39 Acordo de Parceria para Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação - Partes: Unicamp e Ecostove
40 Estufa de Tratamento Ltda. - Executores: Adriane Elisabete Antunes de Moraes e Andressa

1 Mara Baseggio - Data de Assinatura: 04.10.25 - Vigência: 24 meses - Resumo do Objeto:
2 Execução do projeto de pesquisa “Efeitos da aplicação de luz germicida e gás ozônio pós-
3 colheita sobre a vida de prateleira e propriedades antioxidantes de mamão formosa (*Carica*
4 *papaya L.*)”, conforme Plano de Trabalho - Parecer: Cacc. 60) Proc. nº 29-P-29037/2023, da
5 Faculdade de Engenharia Elétrica e de Computação - 1) Espécie: Contrato de Prestação de
6 Serviços - Partes: Unicamp/Funcamp e Âmbar Energia S.A. - Executores: Hudson Giovani
7 Zanin e Gilmar Barreto - Data de Assinatura: 18.08.23 - Recursos: R\$3.473.800,00 - Vigência:
8 36 meses - Resumo do Objeto: Desenvolvimento do projeto “Desenvolvimento de sistema
9 altamente eficiente de conversão de biogás em eletricidade com refino em biometano, reforma
10 em hidrogênio e geração de energia elétrica com célula a combustível de óxido sólido” -
11 Informação: Cacc - 2) Espécie: 3º Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços - Partes:
12 Unicamp/Funcamp, Âmbar Energia S.A. e J&F Investimentos S.A. - Data de Assinatura:
13 08.05.25 - Resumo: Cessão e transferência, pela Âmbar à J&F, em decorrência da cisão
14 societária da Âmbar Energia, da posição contratual com todos os direitos, obrigações e
15 responsabilidades decorrentes do contrato que visa a prestação de serviços de pesquisa e
16 desenvolvimento referente ao projeto “Desenvolvimento de sistema altamente eficiente de
17 conversão de biogás em eletricidade com refino em biometano, reforma em hidrogênio e
18 geração de energia elétrica com célula a combustível de óxido sólido”. O presente termo aditivo
19 produzirá efeitos após a consumação da operação societária - Parecer: Cacc. 61) Proc. nº 18-P-
20 18147/2025, da Faculdade de Engenharia Química - Espécie: Acordo de Cooperação Técnica -
21 Partes: Unicamp e Fundação Universidade do Amazonas FUA, entidade mantenedora da
22 Universidade Federal do Amazonas – UFAM - Executores: Melissa Gurgel Adeodato Vieira e
23 Dirceu Noriler - Data de Assinatura: 06.10.25 - Vigência: 60 meses - Resumo do Objeto:
24 Execução do “Programa de Mestrado Interinstitucional de Engenharia Química da UFAM em
25 parceria com o Programa de Pós-Graduação em Engenharia Química da Faculdade de
26 Engenharia Química da Unicamp”, conforme Plano de Trabalho. Chamada Pública de
27 Propostas de Projeto de Cooperação entre Instituições para Qualificação de Profissionais de
28 Nível Superior (PCI) - Parecer: Cacc. 62) Proc. nº 01-P-27482/2023, do Gabinete do Reitor -
29 Espécie: Termo de Convênio - Partes: Unicamp e Estado de São Paulo, por intermédio da
30 Secretaria da Educação - Executores: Ivan Felizardo Contrera Toro e Roberto Donato da Silva
31 Junior - Data de Assinatura: 27.11.23 - Vigência: 60 meses - Resumo do Objeto: Destinação de
32 325 vagas nos cursos de graduação da Unicamp para alunos classificados no *ranking* de notas
33 obtidas no “Provão Paulista Seriado” e que tenham cursado os três anos do Ensino Médio nas
34 redes públicas de ensino, conforme estabelecido no Plano de Trabalho - Informação: Cacc. 63)
35 Proc. nº 15-P-11889/2025, do Hospital de Clínicas - Espécie: Contrato de Parceria - Partes:
36 Unicamp e Novo Nordisk Farmacêutica do Brasil Ltda. - Executores: Mariana Zorron Mei Hsia
37 Pu, Walkyria Mara Gonçalves Volpini e Tiago Sevá Pereira - Data de Assinatura: 07.10.25 -
38 Vigência: Até 31 de dezembro de 2030, conforme Cláusula 3 – Vigência - Resumo do Objeto:
39 Execução do Projeto Educacional “Programa Residentes – Next Step”, com a finalidade de
40 possibilitar experiências teóricas e práticas para os médicos residentes com os produtos

1 farmacêuticos fornecidos pela Novo Nordisk em cenários reais, potencializando assim
2 condições de desenvolvimento técnico de prática profissional e contribuindo para sua educação
3 continuada - Parecer: Cacc. 64) Proc. nº 34-P-15692/2018, do Instituto de Computação -
4 Espécie: Termo Aditivo 03 ao Acordo de Bolsas de Pesquisa do Centro de Estudos Avançados
5 – CAS - Partes: Unicamp e IBM Canada Limited - Executores: Guido Costa Souza de Araujo
6 e Lucas Francisco Wanner - Data de Assinatura: 14.05.21 - Resumo do Objeto: Estender por
7 mais 02 anos a vigência e acrescentar um novo aporte financeiro de US\$ 40,000 ao Acordo que
8 visa estabelecer os termos e condições relacionados à bolsa de Pesquisa do CAS, financiada
9 pela IBM - Parecer: Cacc. 65) Proc. nº 22-P-33951/2025, do Instituto de Geociências - Espécie:
10 Termo de Cooperação - Partes: Unicamp/Funcamp e Petrobras - Executores: Carlos Roberto de
11 Souza Filho e Diego Fernando Ducart - Data de Assinatura: 26.09.25 - Recursos: R\$
12 14.583.299,38 - Vigência: 1460 dias - Resumo do Objeto: Desenvolvimento do projeto de
13 PD&I “Mineralogia Hiperespectral para Testemunhos de Sondagem” - Informação: Cacc. 66)
14 Proc. nº 11-P-10368/2025, do Instituto de Química - Espécie: Convênio para Pesquisa,
15 Desenvolvimento e Inovação - Partes: Unicamp, Financiadora de Estudos e Projetos – Finep,
16 Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Computação Científica – FACC, União, por meio
17 do Instituto Nacional de Tecnologia – INT e Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ -
18 Executores: Daniela Zanchet e Pablo Sebastian Fernandez - Data de Assinatura: 07.04.25 -
19 Vigência: 36 meses - Resumo do Objeto: Execução do Projeto “Centro temático em
20 Biorrefinarias: Tecnologias para a produção de Biocombustíveis e Bioprodutos”, conforme
21 Plano de Trabalho - Informação: Cacc 67) Proc. nº 11-P-27607/2025, do Instituto de Química
22 - Espécie: Acordo de Colaboração referente ao projeto de Pesquisa FWO - Partes: Unicamp e
23 Katholieke Universiteit Leuven – Bélgica - Executores: Igor Dias Jurberg e Taicia Pacheco Fill
24 - Data de Assinatura: 01.01.25 - Vigência: 5 anos (31.12.29) - Resumo do Objeto: Execução do
25 projeto de Pesquisa “Dando uma ‘Reviravolta de Cluster’ à Fotocatálise: Fotocatalisadores
26 sustentáveis para reações farmacologicamente relevantes” - Informação: Cacc. 68) Proc. nº 01-
27 P-10499/2022, da Pró-Reitoria de Extensão, Esporte e Cultura - Espécie: Termo Aditivo nº 02
28 ao Termo de Cooperação Técnica - Partes: Unicamp e Serviço Social do Comércio – Sesc -
29 Executores: Sylvia Helena Furegatti e Eduardo Okamoto - Data de Assinatura: 01.10.25 -
30 Resumo do Objeto: Viabilizar a realização da Bienal SESC de Dança, no período de 25 de
31 setembro a 05 de outubro de 2025, no âmbito do Termo de Cooperação que visa estabelecer e
32 regulamentar a cooperação técnico-científica entre as partes, em áreas de interesse comum, de
33 acordo com os objetivos e regulamentos das partícipes cooperadas - Informação: Cacc – II –
34 Para Emissão de Parecer – L – Pós-Graduação – Artigo 83, § 1º, II da Deliberação Consu-A-
35 10/2015 - 70) Proc. nº 02-P-34861/2025, da Faculdade de Ciências Médicas - Proposta de
36 criação do Programa de Residência em Área Profissional da Saúde (Uniprofissional) em
37 Fisioterapia Hospitalar – Aprovações pela Congregação em 28.02.25 e 27.06.25 – Deliberação
38 CCPG-101/25. O MAGNÍFICO REITOR passa ao item 07 – Proc. nº 37-P-7517/2025 –, da
39 Faculdade de Tecnologia, que trata da inscrição como especialista externo em concursos para
40 provimento de cargo de Professor Titular, 01 cargo em RTP, na área de Engenharia de

1 Telecomunicações, disciplinas EB102, FT065, TT007, TT310, TT315 e TT604, tendo parecer
2 desfavorável para Lucas Antonio Caritá. Destaque da Mesa. Passa a palavra ao professor
3 Leonardo, diretor da FT. O Conselheiro LEONARDO LORENZO BRAVO ROGER diz que
4 não vai se estender muito pois o parecer da comissão está bem claro. A deliberação interna da
5 FT que estabelece o perfil mínimo para o cargo de professor titular coloca uma série de pontos
6 a serem atendidos, exigindo que pelo menos nove dos 12 pontos sejam satisfeitos. O candidato
7 em questão satisfaz apenas cinco dentre esses 12, então, numericamente já fica demonstrado.
8 Um argumento adicional é que o mesmo candidato foi reprovado em concurso de livre-docente
9 na Faculdade de Tecnologia, realizado recentemente. Portanto, é um candidato que tem
10 condições, é um bom profissional, mas ainda não possui os indicadores necessários para atingir
11 o máximo grau da carreira, que é de professor titular. Não havendo mais observações, o
12 MAGNÍFICO REITOR agradece os membros da comissão de especialistas pelo trabalho e
13 submete à votação o parecer por ela elaborado, que é aprovado com 23 votos favoráveis e 02
14 abstenções, obedecendo à exigência de 2/3 dos votos dos membros em exercício da Cepe,
15 conforme lista anexa. Passa ao item 49 – Proc. nº 02-P-28951/2021 –, da Faculdade de Ciências
16 Médicas, que trata de Termo Aditivo nº 01 ao Termo de Convênio - Partes: Unicamp e
17 Município de Campinas (Secretaria Municipal de Saúde) - Executores: Luiz Carlos Zeferino e
18 Claudio Saddy Rodrigues Coy - Resumo do Objeto: Alterar a cláusula oitava, a fim de melhor
19 detalhar o repasse dos recursos necessários à execução do objeto e a prestação de contas, ao
20 convênio que visa ampliar a área de atuação de alunos de graduação, médicos residentes,
21 residentes da residência multiprofissional, alunos de especialização, pós-graduação e
22 treinamento em serviço da FCM-Unicamp, contribuindo para a qualificação da assistência à
23 saúde em nível primário, secundário e eventualmente terciário junto à Rede Pública Municipal
24 de Saúde. Destaque do professor Paulo Albuquerque. O Conselheiro PAULO JOSÉ ROCHA
25 DE ALBUQUERQUE diz que vai solicitar retirada de pauta, mas primeiro passa a palavra para
26 a professora Roberta. A Conselheira ROBERTA CUNHA MATHEUS RODRIGUES diz que
27 pediu destaque do item 49, porque o termo aditivo que está sendo realizado ao termo de
28 convênio entre a Unicamp e o município de Campinas, mais especificamente com a Secretaria
29 Municipal de Saúde, tem por finalidade disponibilizar os campos de prática dos serviços de
30 saúde para a prefeitura para os alunos dos cursos de graduação e pós-graduação da Enfermagem
31 também. Por um equívoco da forma como foi instruído o termo aditivo, estão sendo excluídos
32 os campos para a Enfermagem. Então, para que seja possível o ajuste ao termo aditivo, é
33 necessária a retirada de pauta com vistas à inclusão do curso de Enfermagem. No termo aditivo
34 constam a Fonoaudiologia e a Medicina somente, e é um prejuízo enorme para o curso de
35 Enfermagem não disponibilizar na sua formação os campos práticos do serviço da Secretaria
36 Municipal de Saúde, que se refere à atenção primária à saúde no município de Campinas. O
37 Conselheiro FERNANDO ANTONIO SANTOS COELHO pergunta se a Faculdade de
38 Ciências Farmacêuticas não participa desse processo. A Conselheira ROBERTA CUNHA
39 MATHEUS RODRIGUES diz que poderiam discutir a possibilidade de deixar o termo genérico
40 para possibilitar a inclusão de outros cursos da Área da Saúde. Tem a informação de que a

1 Enfermagem tem os planos de trabalho já encaminhados, aprovados, e acha que a Farmácia
2 ainda vai precisar fazer essa etapa. Então, não sabe em que ajuste precisam trabalhar para que
3 isso seja possível; a ideia é que seja disponibilizado, mas acha que nesse momento os planos
4 que estão já encaminhados, em condições de aprovação, são os da Medicina, Fonoaudiologia e
5 Enfermagem. A Conselheira MÔNICA ALONSO COTTA faz sua autodescrição: é uma mulher
6 branca, de cabelos grisalhos, quase brancos, na altura do ombro, está usando óculos com aro
7 cor de rosa e uma blusa azul. Diz que este caso é um exemplo da falta de coordenação das
8 atividades dentro da Universidade. Já há algum tempo a Prefeitura Municipal de Campinas está
9 pedindo o ressarcimento das atividades dos servidores envolvidos nas atividades realizadas
10 dentro das unidades de saúde, e soube que Piracicaba está indo nessa mesma linha. O assunto
11 chegou até a PRG justamente pela Farmácia, que não sabia como fazer o processo. Agradece à
12 professora Christiane Couto, da Fonoaudiologia, que é assessora da PRG e que foi até a
13 prefeitura, conversou com vários atores envolvidos, e, na realidade, o que houve foi uma
14 segmentação da Saúde nas unidades correspondentes. A Medicina e a Fonoaudiologia fizeram
15 um encaminhamento sem que a Enfermagem e a Farmácia fossem envolvidas. Nessa busca que
16 a professora Christiane fez, ficou claro que se parassem agora o processo para incluir a
17 Farmácia, prejudicariam os que já estavam em andamento. A Enfermagem já tinha feito essa
18 proposta e ela deveria ter sido incluída nesse tema aditivo de uma forma clara e transparente.
19 Há dois anos os alunos de Enfermagem não têm esse tipo de estágio, por conta da falta dessa
20 formalização, então olharam com mais cuidado o processo e perceberam que, apesar de toda a
21 documentação da Enfermagem ter sido incluída, na minuta do aditivo isso estava faltando e
22 provavelmente daria problemas com a prefeitura. Por isso a melhor opção é retirar de pauta para
23 fazer essa correção e tentar passar isso na próxima Cepe, de forma que nenhuma das unidades
24 seja prejudicada. Piracicaba não tem uma lei municipal, como Campinas, mas também está
25 exigindo esse tipo de atividade. Devem olhar a área de Saúde como um todo e resolver
26 problemas comuns de uma forma coordenada para evitar justamente esse tipo de situação, mas
27 acha que não vai haver prejuízo aos alunos, que é o mais importante de tudo. O MAGNÍFICO
28 REITOR diz que às folhas 23 da documentação, onde consta uma espécie de adendo da minuta,
29 a Enfermagem está citada, constam inclusive os valores, então deve ter sido algum
30 esquecimento e não vê nenhum problema em fazerem essa correção. Eventualmente, pode fazer
31 um *ad referendum* para não atrapalhar as unidades, mas como a Cepe tem reunião em dezembro,
32 não haveria problema para resolver também. Estão enfrentando esse problema há algum tempo,
33 há uma taxa de cobrança, por decisão da Câmara Municipal, e isso passou a ser uma situação
34 delicada, porque há outras instituições também que participam desse processo, então é
35 fundamental que tenham esse cuidado. Não havendo mais observações, submete à votação a
36 proposta de retirada de pauta, que é aprovada por unanimidade. Passa ao item 69 – Proc. nº 01-
37 P-9788/2025 –, que trata da proposta de criação da Faculdade de Direito da Unicamp,
38 apresentada por Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria PRG 07/25, para estudar a
39 viabilidade de criação e implantação de curso de graduação de Direito. Passa a palavra à
40 professora Mônica. A Conselheira MÔNICA ALONSO COTTA diz que, na gestão passada,

1 foi feita uma priorização de novos cursos de graduação e Direito estava entre eles. A partir de
2 maio, quando assumiu a pró-reitoria, tentaram encaminhar esses cursos, inclusive com algumas
3 propostas adjacentes que surgiram, mas, no caso de Direito, o primeiro passo foi tentar fazer
4 um levantamento de todos os cursos de Direito existentes na região, de forma a achar eixos
5 onde pudessem criar alguma coisa nova, e não fazer mais um curso de Direito, como algumas
6 pessoas falam. Depois desse mapeamento feito pelo professor Edmilson Manganote, assessor
7 da PRG, que é o presidente do grupo de trabalho, discutiram dentro da PRG, pediram às
8 diretorias das unidades mais afins à área indicações de nomes para compor o grupo de trabalho,
9 ao qual deixa um agradecimento imenso, pela qualidade e pela quantidade de trabalho
10 envolvido. O professor Edmilson Manganote, como assessor da PRG, coordenou o grupo, do
11 qual também participaram a professora Ana Elisa Assis, da FE, o professor Andrei Koerner, do
12 IFCH, o professor José Alves, do IFCH e também da Comvest, o professor Luis Vedovato, da
13 FCA, o professor Rodrigo Sousas, da FCA, e o professor Sávio Cavalcante, do IFCH, que
14 também é remanescente do grupo anterior. O GT foi designado em 10 de julho, então destaca
15 que ele trabalhou em um prazo bastante exíguo, dando continuidade ao que já havia sido
16 discutido na gestão anterior. O GT realizou reuniões semanais e trabalhou *on-line*
17 continuamente, porque é preciso ter o curso no manual do candidato, na Comvest, e isso é
18 aprovado em uma reunião que ocorre no final de maio. Então, precisavam fazer a proposta do
19 curso e passar em todas as câmaras até essa data, para realizar o curso em 2027, senão ficaria
20 tudo para 2028. E esse curso tem uma atenção muito grande, o professor José Alves fala que
21 em todas as escolas que ele frequenta todos perguntam quando a Unicamp vai ter um curso de
22 Direito. Com relação ao local de instalação, propôs, e o grupo concordou, em deixar essa
23 questão para as câmaras superiores. Limeira fez um pleito com relação a esse curso, ao passo
24 que o documento que o GT apresentou sugere que o curso em Barão Geraldo implicaria uma
25 melhor formação do estudante, pela disponibilidade de mecanismos jurídicos associados a
26 Campinas. O curso em Limeira fortaleceria a inserção da Unicamp na cidade de Limeira, então
27 são questões estratégicas, as duas são adequadas, mas não seria justo algumas pessoas dentro
28 de um grupo de trabalho tomar uma decisão dessa. Ofereceram às câmaras um relatório com as
29 vantagens de cada um dos *campi* para que seja decidido. No dia 6 de setembro, ou seja, menos
30 de dois meses depois do início dos trabalhos, fizeram um primeiro Projeto Pedagógico do
31 Curso, e como não havia tempo hábil de realizar um *workshop*, enviaram essa proposta, em
32 nível de confidencialidade, a mais de 30 pessoas externas de várias universidades do país que
33 têm cursos de Direito, também do exterior, para promotores, procuradores etc., e estão agora
34 até em contato com o STF. As sugestões foram recebidas, analisadas e, quando pertinentes,
35 foram incorporadas ao PPC, que foi encaminhado no dia 3 de outubro para a CCG, onde foi
36 aprovado na reunião de dia 9. Após isso, foi encaminhado para a Cepe. Passa a palavra para o
37 professor Edmilson. O Professor EDMILSON JOSÉ TONELLI MANGANOTE faz sua
38 autodescrição: é um homem branco, de cabelos grisalhos, olhos azuis, veste uma camisa rosada
39 e usa óculos de aros pretos. Faz uma apresentação contendo o histórico de discussão do curso,
40 a identificação do curso, que confere o título de Bacharel em Direito, em turno diurno, com

1 4.440 horas, duração mínima de dez semestres e máxima de 15, com 80 vagas a serem
2 oferecidas. Colocaram como diferenciais para esse curso, embasados no trabalho que foi feito
3 anteriormente também, quatro pilares: interesse público, democracia, desenvolvimento e
4 sustentabilidade, que fazem uma ligação direta com os eixos que notaram que fariam parte do
5 DNA aqui na Unicamp e que trariam um diferencial para o curso, que seriam: direitos humanos,
6 direito internacional, propriedade intelectual e direito ambiental. No *slide* seguinte, apresenta a
7 estrutura curricular pensada, que dosa as disciplinas colocadas como obrigatórias de tal forma
8 que o egresso vai ter todas as competências e a formação necessária para optar pelo caminho
9 que ele quer seguir. Se ele quiser ir para a carreira jurídica tradicional, ele tem todas as
10 condições de ser aprovado no exame da Ordem dos Advogados do Brasil, que é uma questão
11 fundamental. Quem vem para cá não vem só para pensar o Direito, e precisam abarcar todas as
12 perspectivas possíveis. Nesse caminho colocam também a possibilidade de ele trilhar caminhos
13 formativos através das disciplinas eletivas. O curso também já traz consigo a curricularização
14 da extensão, através de projetos de extensão, que no entender do grupo vão ser voltados
15 totalmente para as comunidades em maior estado de vulnerabilidade. Pensaram em um total
16 geral de disciplinas obrigatórias de 3.240 horas, sendo que a parte de extensão está com 16,22%.
17 Fizeram uma análise das necessidades primeiras do curso em termos de docentes, considerando
18 que já possuem alguns docentes da área, que atuaram, inclusive, nesse grupo de trabalho,
19 chegaram a uma necessidade para colocar esse curso em pé e funcionando de 22 docentes,
20 sendo 16 em regime RDIDP e seis em regime RTC. Alguém pode perguntar por que em regime
21 RTC, e esclarece que vão precisar trazer profissionais externos que não vão abrir mão de suas
22 carreiras, como procuradores, desembargadores e juízes que podem contribuir com o curso.
23 Também apresenta o cronograma de contratações e uma avaliação do corpo funcional
24 necessário para início do curso: vão precisar de três profissionais de nível superior e três
25 profissionais de nível médio para auxiliar na diretoria, no núcleo de práticas jurídicas, no
26 escritório de assistência jurídica e apoio às salas de aula. Então, basicamente, esse foi o
27 resultado do trabalho do GT, agradece muito aos colegas externos que contribuíram, da UFMG,
28 da UNB, da PUC-SP, da USP, além de um colega que está no Max Planck, na Alemanha. A
29 Conselheira MÔNICA ALONSO COTTA complementa que, apesar de não escolher o lugar,
30 acham que precisa ser uma faculdade, e não um curso dentro de uma unidade já existente. Isso
31 foi já um motivo de debate intenso no grupo de trabalho, mas no final predominou essa sugestão
32 do GT para análise da comunidade. Ressalta que cursos novos que estão sendo nucleados dentro
33 da Universidade não podem ficar só à mercê de um diretor *pro tempore* e uma estrutura que, no
34 início, sabem que será precária. Sabem que existem precariedades mesmo em unidades já
35 consolidadas, por conta da dinâmica da Universidade. Então, o que propuseram foi transformar
36 esse grupo de trabalho em uma comissão de acompanhamento para a instalação e
37 implementação do curso, até que ele esteja consolidado. Então, enquanto o curso é montado, a
38 ideia é que comecem a fazer um mapeamento das áreas de pesquisa, porque, embora a PRG
39 esteja dedicada a montar um curso de graduação, não querem um curso de Direito, querem uma
40 área de Direito dentro da Universidade. E, para isso, obviamente, precisam ter pesquisa, ensino

1 e extensão, todas envolvidas na atividade-fim. Uma das ideias é que, justamente pela
2 proximidade com a área de Direito que os membros do grupo de trabalho têm, consigam já fazer
3 esse mapeamento e elencar possibilidades para um programa de pós-graduação que possa surgir
4 a partir do momento em que possuem um núcleo já composto de docentes que possam atuar
5 nessa vertente. A ideia realmente é integrar a área de Direito nas áreas que existem na
6 Universidade, e por isso também essa proposta de usar esses temas que são DNA da
7 Universidade, como o professor Edmilson disse, para fazer esse ancoramento. O Conselheiro
8 RODOLFO JARDIM DE AZEVEDO faz sua autodescrição: é um homem branco, de cabelos
9 castanhos, usa óculos e está vestindo camisa rosa hoje. Acha que realmente, como a professora
10 Mônica mencionou, já passou da hora de a Unicamp ter um curso de Direito, então é plenamente
11 favorável à ideia. Há pequenos ajustes técnicos que precisam ser feitos, como o seguinte: em
12 alguns locais da documentação são mencionadas 80 vagas, mas a solicitação de sala é para 40
13 alunos, e não há menção de dobrar a carga didática. Então, é preciso ajustar as partes do texto.
14 A professora Mônica disse que vai trazer para as câmaras, portanto entendeu que não está na
15 decisão de hoje a questão da localização da futura faculdade, estariam decidindo hoje apenas a
16 criação do curso. Gostaria de conversar e meditar mais; em um primeiro momento, gostou da
17 ideia de reforçar a presença em Limeira, mas precisam entender um pouco mais, pois um curso
18 novo precisa de infraestrutura. Aparece também um cronograma sobre docentes, e observa que
19 há algumas unidades que lutam para passar de 30 docentes. A professora Mônica falou em
20 tentar trazer uma pós-graduação na área de Direito, mas sugere que sejam um pouco mais
21 realistas neste momento e façam um planejamento um pouco melhor. Afinal, são pessoas que
22 sabem processar depois; estarão contratando pessoas que sabem processar e sabem todas as
23 normas da Unicamp. Então, acha que é uma coisa interessante, em especial por causa de
24 eventualidades; uma dessas pessoas será o diretor, e um diretor com 16 horas de aula
25 implantando um curso, e outro vai ser coordenador. É um processo de implantação pelo qual
26 vários aqui já passaram e ainda precisam olhar isso com um certo cuidado e ir construindo.
27 Outra coisa que está mencionada é que já existem quatro docentes, que estão entrando na conta
28 como se eles não estivessem dando aula hoje. Na realidade, a carga didática desses docentes já
29 está tomada, e por mais que eles se disponham a atuar no curso de Direito, não podem falar que
30 vai ser uma carga didática toda nova, que de repente eles vão ter 16 mais 16 horas, o que é bem
31 mais complicado. Então existe essa parte operacional que acha que tem que ser ajustada. Gostou
32 da ideia de já pensar um curso de pós-graduação desde o início, realmente não faz sentido só
33 uma faculdade de Direito. Vai se abster de falar sobre currículo, pois não é sua área, gostou de
34 saber que várias pessoas da área foram consultadas, mas observa que sempre é favorável à
35 criação de um curso mais minimalista no início, para poder expandi-lo conforme os docentes
36 que chegarem. Vão tratar de processo regulatório, esse curso será enviado para o Conselho
37 Estadual de Educação com dois anos, então no início de 2029 o curso vai para lá, e ele já terá
38 quase metade do corpo docente. Tentaria deixar alguma margem de criatividade para esses
39 docentes poderem implantar algo. A Conselheira CLARISSE PALMA DA SILVA faz sua
40 autodescrição: é uma mulher de cabelos castanhos, está vestindo uma blusa bege e usando um

1 colar verde e dourado. Parabeniza pela proposta de criação do curso, acha uma ideia excelente,
2 e tem um comentário simples a fazer: solicita que confirmem o número de funcionários que serão
3 pleiteados para a faculdade, pois parece haver uma divergência dentro do documento. A
4 Conselheira GIOVANNA DA COSTA ROMARO faz sua autodescrição: é uma mulher branca,
5 de 37 anos, cabelos curtos tingidos de loiro, usa óculos e está vestindo uma camiseta branca
6 com dizeres em defesa aos hospitais da Unicamp e contra a autarquiaização. Acha que estão
7 avançando bem com a criação de um curso de Direito na Universidade, acha que já passou
8 realmente da hora de criarem esse curso, principalmente com os temas que foram propostos
9 para essa grade curricular, que são temas de grande importância e que muitas vezes são deixados
10 de lado. O curso já foi aprovado pelo Consu, e gostaria de entender se vão aprovar essa grade
11 curricular nesta proposta e se a proposta é também para aprovar a criação de uma faculdade de
12 Direito. Sobre isso talvez tenham algumas questões para tratar, porque a criação de um grande
13 curso, principalmente Direito, é um curso em que se espera uma grande estrutura, e a Unicamp
14 já carrega um nome, uma reputação, então exigem um compromisso integral. Isso requer
15 expandir o escopo e buscar fontes de financiamento da Universidade, principalmente porque
16 estão tratando de um momento de limitação do repasse, por conta do fim do ICMS. Vê nisso
17 um certo risco de instabilidade institucional, porque na proposta não está muito claro quanto
18 custaria criar esse curso, quanto custaria abrir uma faculdade de Direito, porque não estão
19 falando somente do custo de um curso, mas do custo de iniciar uma faculdade. E não podem
20 tirar desse momento da discussão e dizer que não tem nada a ver com a autarquiaização da área
21 hospitalar, até porque na reunião com o governo foram tratados os dois assuntos. Acha que
22 precisam entender de onde vai vir esse investimento, entender que esse investimento não pode
23 vir às custas da autarquiaização. Também há um problema do planejamento do curso, para além
24 do que o professor Rodolfo já citou, do número de docentes, que realmente é bem pequeno, em
25 relação ao número de funcionários, porque essa proposta está prevendo apenas seis funcionários
26 técnico-administrativos para suportar uma faculdade, não somente um curso. Por exemplo, a
27 Faculdade de Enfermagem, que é a que possui o menor número de funcionários, tem 19
28 funcionários. Então, seis para um curso de Direito, que pode exigir ainda alguns funcionários
29 especialistas na área jurídica, fica complicado. Não tem nem previsto, por exemplo, um
30 funcionário técnico de informática para essa faculdade. Comparando os números, o IFCH tem
31 90 funcionários técnico-administrativos, a FCA tem 65, então fica muito difícil aprovar seis
32 neste caso. O planejamento para uma contratação escalonada de docentes não aparece da mesma
33 forma para servidores técnico-administrativos, e isso precisaria estar previsto, para entenderem
34 se vai haver, de fato, uma estrutura administrativa e técnica adequada. Vai precisar ter
35 biblioteca, infraestrutura de informática, auditório, não são apenas sala de aula e secretaria de
36 direção. Estão falando de RH, de compras, e tudo isso deve ser levado em consideração. Então,
37 precisariam corrigir esse subdimensionamento de funcionários de forma mais urgente até do
38 que de docentes para uma proposta dessa. Acha que a de docentes também tem que aumentar,
39 mas a de funcionários está completamente fora da realidade, por isso precisa haver um
40 escalonamento de contratações também para a categoria de funcionários. O Conselheiro

1 MARCOS NOGUEIRA MARTINS faz sua autodescrição: é um homem branco, idoso, calvo,
2 com cavanhaque e bigode brancos, e está vestindo uma camisa azul clara. Começa
3 parabenizando a Unicamp por essa iniciativa, que acha que demorou para ser tomada. Destaca
4 a preocupação da professora Mônica de que o curso não seja mais um curso de Direito, e acha
5 que, sendo um curso da Unicamp, certamente não será mais um curso de Direito, inclusive o
6 documento que foi preparado já mostra isso, está indo em um caminho bem adequado para se
7 tornar um curso relevante, que espera que se concretize logo. O Conselheiro ANDRÉ KAYSEL
8 VELASCO E CRUZ diz que é meio engraçado o fato de a Unicamp ter nascido tão moderna
9 que dispensou um dos cursos fundadores da tradição universitária europeia, desde os tempos
10 medievais. Claro que isso também envolveu motivos contingentes, como o acordo entre o
11 demiurgo fundador da Universidade e a Igreja Católica, mas já era tempo realmente de deixar
12 isso para trás e criar um curso de Direito. Então, se soma às felicitações. A ementa do item 69,
13 a que se refere este assunto, menciona que estão apreciando a criação da Faculdade de Direito,
14 e está no título do item “Para indicação de parecer”. Gostaria de entender um pouco melhor o
15 caminho que a deliberação sobre a criação da faculdade irá seguir, ainda mais tendo em vista
16 que, como a professora Mônica esclareceu, o grupo de trabalho, de forma correta, deixou em
17 aberto a questão do local em que essa faculdade será estabelecida, uma vez que há pleitos
18 divergentes dentro da comunidade acadêmica. Esse não é um tema menor, e de fato não cabia
19 ao grupo de trabalho decidir isso, caberá às câmaras superiores fazê-lo. Então, deseja entender
20 melhor o que exatamente estão aprovando agora, se é a criação da faculdade, deixando para um
21 segundo momento a questão da sua localização, e que percurso isso irá seguir, tendo-se em vista
22 o cronograma apertado que a própria professora Mônica indicou na sua exposição inicial, que
23 esteja tudo já aprovado até o meio do ano que vem, para que o curso de Direito entre no catálogo
24 dos exames vestibulares do ano que vem, para início das aulas em 2027. O Conselheiro LUCAS
25 SANTOS MARÇAL faz sua autodescrição: é um homem branco, de cabelos cacheados curtos,
26 óculos redondos, e está usando uma camiseta branca com uma estampa amarela e um colar azul.
27 É coordenador geral da Associação Central de Pós-Graduação da Unicamp – APG e está
28 assumindo hoje a vaga que o Ângelo deixou, porque ele finalizou seu doutorado, mas ele não
29 vai sair da Unicamp, ele entrou no pós-doutorado agora. E é muito bom estar ocupando esse
30 espaço depois de ele tão bem ter representado a pós-graduação. Aprecia a criação do curso de
31 Direito, fazendo coro às falas anteriores, o movimento estudantil está sempre favorável e
32 sempre entusiasmado com a criação de novos cursos e a ampliação da universidade pública.
33 Destaca, nesse sentido, a luta por mais financiamento para a educação e pela ampliação do
34 investimento. A criação de novos cursos na Unicamp vai reforçar essa luta política, então coloca
35 a APG e a ANPG à disposição para continuar nessa luta por mais orçamento. Concorde muito
36 com a companheira Giovanna sobre o momento crítico que estão vivendo no Estado de São
37 Paulo para as universidades, principalmente em termos do financiamento, com a reforma
38 tributária, e esse cenário que estão vivendo na Unicamp. No mesmo momento em que ocorre
39 todo o debate sobre a autarquia do HC, no qual um dos principais pontos é que o grande
40 gasto para manter o Hospital é diretamente da Unicamp, agora estão criando novos cursos, e

1 especificamente no caso de Direito, com a ampliação de uma faculdade. Será não só um
2 investimento na construção da faculdade, mas também no custeio dela ao longo dos anos.
3 Aponta também a questão da qualidade do ensino e da extensão nessa nova faculdade, nesse
4 novo curso, porque como a conselheira Giovanna bem pontuou, haverá um baixo número de
5 servidores, e não ter servidor destacado para a área de Informática vai ser muito prejudicial. É
6 claro que isso não é uma questão exclusivamente do curso de Direito, acha que passa até pela
7 própria falta de financiamento das universidades e pela questão de estarem ampliando e
8 curricularizando a extensão, sem necessariamente ampliar os recursos para garantir que isso
9 seja feito da melhor forma. Finaliza saudando a mobilização dos servidores que está
10 acontecendo hoje na frente da Reitoria contra a autarquização do HC e o movimento estudantil
11 que também está presente e se somando nessa luta. O Conselheiro FERNANDO ANTONIO
12 SANTOS COELHO faz sua autodescrição: é um homem negro, de estatura mediana, calvo, os
13 cabelos que restam na lateral da cabeça são brancos, usa óculos de armação azul, casaco cinza
14 e uma camisa azul. A discussão sobre o curso de Direito já está sendo encaminhada desde o
15 final da gestão passada, portanto ele não está obrigatoriamente ligado ao processo de
16 autarquização, embora a autarquização, por ser uma forma de aumentar os recursos para o
17 crescimento da Universidade, obviamente possa ajudar. Já havia um compromisso da gestão
18 passada, assumido por esta gestão, de dar o tratamento necessário e garantir os recursos para
19 que esse curso e essa faculdade de Direito pudessem acontecer. Entende que estão aqui fazendo
20 as considerações a respeito do relatório do GT, discutindo como a Faculdade vai ser criada,
21 qual é o tempo para que ela seja criada, como o curso vai começar etc. Acha que estão
22 trabalhando, em um primeiro momento, com uma proposta de um grupo de trabalho, que
23 obviamente pode sofrer alterações. É um curso em que a Universidade tem interesse, que deve
24 e vai ser considerado como curso estratégico, inclusive quando forem fazer a discussão nas
25 comissões de vaga docente e não docente, vão dar todo o entendimento e o tratamento
26 estratégico. Ele não pode ser comparado com outros cursos, porque tem necessidades
27 diferentes. Há uma ideia que foi apresentada de ter uma comissão de acompanhamento, com os
28 membros do GT, para avaliar como o curso e a faculdade estarão sendo organizados. Pergunta
29 se já houve alguma previsão sobre quanto tempo vai ser necessário para isso acontecer. Outra
30 questão é que existe uma proposta inicial de 22 novas contratações, das quais 16 em RDIDP e
31 seis em RTC, e pelo que conhecem das faculdades de Direito espalhadas pelo Brasil, há uma
32 quantidade bastante significativa de docentes que trabalham em RTC. Isso exatamente por
33 conta do impacto que essas pessoas têm na formação do profissional de Direito, e também
34 porque a grande maioria delas está no mercado de trabalho em setores públicos, e obviamente
35 essas pessoas têm uma contribuição fundamental na formação do profissional de Direito.
36 Portanto, devem fazer uma reflexão com cuidado e ter uma flexibilidade em relação ao regime
37 de trabalho, em função da característica do curso. Pergunta se na contratação dos 22, estaria
38 contabilizada também a contratação de possíveis professores titulares, pois eles podem ajudar
39 a formar áreas de pesquisa. Podem ser professores que tragam uma experiência profissional
40 muito sólida e ser a base para se montar um programa de pós-graduação. Como isso não foi

1 especificado, pode ser que não seja neste momento necessário especificar, mas é uma algo
2 também para pensar no momento em que estiverem abrindo essas vagas de contratação. A
3 Doutora ÂNGELA DE NORONHA BIGNAMI esclarece que o processo está aqui para emissão
4 de um parecer. Na sequência, ele vai entrar na pauta do Consu de novembro para deliberação.
5 Como se trata da criação de uma nova faculdade, aplica-se, como apontado na pauta, o
6 procedimento previsto no artigo 9º do Regimento Geral da Universidade. Esse procedimento
7 prevê uma aprovação a princípio do Consu em relação à proposta apresentada. O Reitor vai
8 nomear uma comissão de especialistas para avaliar essa proposta, considerando eventualmente
9 tudo o que está sendo apontado aqui também, e que será apontado no próximo Consu. Na
10 sequência, o parecer final da comissão de especialistas volta para as reuniões, tanto da Cepe
11 quanto do Consu, para a deliberação final de criação da faculdade, momento em que deverá
12 estar decidido onde ela será instalada. Então, a previsão é Consu de novembro para aprovação
13 a princípio, e no Consu de março a deliberação final de criação da faculdade. A Conselheira
14 MÔNICA ALONSO COTTA agradece pelas manifestações, inclusive o apontamento de
15 incoerências feito pelos professores Rodolfo e Clarisse; provavelmente existem alguns erros,
16 porque o processo mudou, durante essa discussão, principalmente com os pareceres de
17 especialistas, acabaram fazendo algumas modificações e provavelmente o texto tem algumas
18 incoerências. Respondendo ao professor Rodolfo, diz que a proposta que está aqui é para início
19 das atividades de uma faculdade de Direito. Isso foi discutido com a PRDU, inclusive o
20 professor Sarti alocou esses cargos novos que ainda estão disponíveis para MS-3. Na reunião
21 dos diretores, sabe que ele não foi muito bem quisto, porque ele falou que havia cursos novos
22 chegando e os diretores queriam repor vagas das pessoas que se aposentaram. E ela, como ex-
23 diretora, se solidariza com os diretores, mas a questão é que possuem 107 cargos vagos, dentro
24 do que foi proporcionado pela Alesp. Então, precisam enquadrar esses cursos novos nessa
25 categoria. Com relação aos números, fizeram uma prospecção de cursos de Direito que existem
26 e viram qual era o quadro docente. Embora a PRG trate da criação do curso de graduação, ela
27 teve a preocupação, até pela qualificação dos membros do GT, de trazer a questão da pós-
28 graduação, da pesquisa, da inserção da área de Direito dentro da comunidade. Então, apontaram
29 o futuro desse caminho, e o curso talvez tenha essa característica minimalista em parte por conta
30 disso. Com relação aos quatro docentes que foram mencionados, são pessoas que teriam
31 qualificação para estar na faculdade de Direito, por terem formação, atuação e inserção na área
32 de Direito, mas é uma questão das unidades. Se a pessoa quiser migrar para a nova faculdade,
33 obviamente tem uma vaga que volta para a unidade de origem e assim por diante. Foi só isso o
34 que apontaram, que existe já um núcleo de docentes que pode atuar nessa área, se assim o
35 quiserem. Em relação a Limeira, querem que a comunidade se manifeste, por isso elencaram o
36 que seriam vantagens da instalação em Limeira e vantagens da instalação em Campinas. O GT
37 se absteve de opinar, mas acha que podem, com essa comissão de especialistas que vai fazer
38 essa avaliação de todo o trabalho do GT, fazer já uma indicação para o Consu do que deve ser
39 feito. Uma outra coisa que o professor Rodolfo trouxe, a questão do currículo mais leve,
40 provavelmente é uma questão da comissão de acompanhamento. Precisam coordenar melhor as

1 atividades que ocorrem entre unidades; uma unidade que está começando com um corpo
2 minimalista tem que contar com o apoio das unidades mais experientes, mais estruturadas.
3 Entendem que o comitê de acompanhamento, como conta com pessoas do IFCH e da FCA, que
4 são as mais ligadas à área de Direito – e seria, naturalmente, um comitê que pode ser expandido,
5 pode ser trocado –, deve atuar pelo menos nos primeiros dois anos, a partir do momento da
6 aprovação, ou seja, durante 2026, que ainda é pré-curso, e em 2027. Não é uma avaliação do
7 curso, é simplesmente uma estrutura da PRG que vai funcionar para ajudar na implementação
8 do curso. Sobre a questão do currículo, colocada pelo professor Rodolfo, existem as disciplinas
9 eletivas e os projetos de extensão que permitem colocar elementos sem uma alteração de
10 catálogo, porque se mudam o catálogo a todo momento precisam sempre oferecer todos os
11 catálogos. Então, é algo que o corpo docente vai avaliar. Diz que concorda totalmente com as
12 colocações da conselheira Giovanna, mas ressalta que tanto o corpo docente como o Paepe
13 mencionados na proposta são os necessários para nuclear e iniciar as atividades dessa nova
14 faculdade, se assim o Consu decidir. Ela citou a FEnF, que tem 19 funcionários, mas observa
15 que a FEnF é uma unidade da área da Saúde, com muitas atividades que não se prevê em uma
16 faculdade de Direito. Já foi membro da CIDF e sempre se posicionou pela qualificação dos
17 funcionários, mas também entende que a gestão passada fez um investimento significativo na
18 carreira Paepe e precisam começar a olhar também a gestão de desempenho que a DGRH está
19 colocando, os processos internos. Então, uma unidade que tem, às vezes, 50 anos de existência,
20 traz um histórico com ela que talvez não seja o necessário agora. Os números que colocaram
21 são números iniciais para nuclear, e o comitê de acompanhamento vai justamente poder trazer
22 questões como a necessidade de mais funcionários, de mais docentes. Isso é um risco, mas
23 entende que a Universidade tem que assumir riscos. De outra forma, ela mantém um *status quo*
24 que não necessariamente é o que a sociedade demanda dela. Portanto, entende a preocupação,
25 compartilha a opinião de que existe necessidade de uma reavaliação, mas seria totalmente
26 contrária a um corpo docente e a um número de funcionários megalomaniaco, sem ter essa
27 estrutura fina para entender como essas pessoas vão atuar e como esse curso vai se desenvolver.
28 Acha que seria o contrário, estariam fazendo uma espécie de má gestão dos recursos públicos.
29 Então, assumem o risco, compartilham disso e vão tentar monitorar para que ele não impacte a
30 qualidade do curso, o desempenho dos servidores, que eles não sejam impactados de maneira
31 nenhuma. E conta com a CIDF também para fazer esse acompanhamento. Agradece às doutoras
32 Fernanda e Ângela, que também contribuíram, avaliaram o PPC de Direito. Sobre a
33 autarquização, observa que é algo que está sendo discutido dentro de uma comunidade, ela tem
34 argumentos fortes para acontecer e há riscos, como há sempre em tudo o que fazem, e também
35 não há garantias. No entanto, trabalhar só com garantias e sem risco acha que é diminuir demais
36 o papel da universidade pública. Precisam assumir essa carga para que a sociedade possa ter
37 indicadores e se movimente na direção de uma sociedade mais justa e menos desigual.
38 Respondendo às dúvidas do professor Coelho, diz que a comissão atuaria, pelo menos, nos dois
39 primeiros anos. O primeiro ano seria a montagem do curso, contratação etc., e depois, pelo
40 menos, no primeiro ano de funcionamento do curso. Sobre a questão do RTC, esclarece que se

1 basearam um pouco na FCM, que hoje conta com cerca de 20% dos docentes em RTC.
2 Obviamente, isso terá que ser ajustado na medida da realidade das contratações que forem sendo
3 executadas. E se puder incluir professor titular, seria ótimo, concorda que seria um
4 fortalecimento da faculdade. No entanto, acha que não passa pelo GT avaliar isso neste
5 momento, porque estão fazendo a proposta inicial justamente para a avaliação da comissão de
6 especialistas. O Conselheiro FERNANDO AUGUSTO DE ALMEIDA HASHIMOTO diz que
7 é um homem de meia-idade, de pele amarela, tem cabelos quase grisalhos, usa óculos e está
8 vestindo uma camisa cinza. Parabeniza o grupo de trabalho, votou favoravelmente quando foi
9 aprovada a criação de novos cursos, mas ficou com algumas dúvidas. Primeiro, no
10 encaminhamento, apesar de a doutora Ângela ter descrito, houve um processo de aprovação dos
11 cursos de graduação, e no documento ele cita somente a implantação, de fato, que é a aprovação
12 da CCG. E depois vem direto para a transformação na criação de uma faculdade, que acha que
13 é um trâmite diferente; pergunta se juntaram os dois processos para adiantar para ir para o
14 Consu. Lembra que na FCA, apesar de ter sido um processo diferente, as coisas caminharam
15 separadamente. Está levantando só para não terem problema mais para frente, porque se for a
16 criação da faculdade, de fato, um órgão separado, tem várias considerações sobre o número de
17 funcionários, apesar de entender um pouco do aspecto citado pela professora de que o corpo de
18 funcionários deveria ser mais eficiente e tudo o mais. Mas na prática precisam de um mínimo
19 de funcionários para gerir uma faculdade, até pelas limitações que às vezes possuem de ter
20 múltiplas funções na mesma área. Então gostaria de entender se estão aprovando o curso
21 juntamente com a faculdade. O MAGNÍFICO REITOR responde que estão aprovando o
22 encaminhamento de uma emissão de parecer para aprovação do curso de Direito, o assunto da
23 faculdade não está aqui. O Conselheiro FERNANDO AUGUSTO DE ALMEIDA
24 HASHIMOTO pergunta se então vão mudar o objeto de votação, porque na pauta está a criação
25 da faculdade. A Doutora ÂNGELA DE NORONHA BIGNAMI esclarece que a pauta foi
26 montada pensando na criação de uma faculdade. A criação de um curso não precisa passar duas
27 vezes no Conselho Universitário. Então, aqui está para parecer da Cepe, para orientar a votação
28 no Consu, a princípio, em novembro. Depois dessa aprovação a princípio, que vai permitir a
29 continuidade do estudo, o Reitor nomeia uma comissão de especialistas para avaliar toda essa
30 proposta que foi apresentada, com eventuais alterações que sejam acolhidas das propostas feitas
31 aqui e no Consu de novembro, e então apresenta um projeto final de criação da faculdade. No
32 Consu de abril foi aprovada apenas a priorização da criação de cursos, mas não foi aprovada a
33 criação de nenhum curso específico, apenas foi autorizado que se desse andamento naqueles
34 cursos. O Conselheiro FERNANDO AUGUSTO DE ALMEIDA HASHIMOTO diz que então
35 são dois processos conjuntamente. O curso continua no percurso normal dele, que é para voltar
36 para o Consu, e agora estão votando à faculdade. Pergunta se está correto esse entendimento.
37 A Doutora ÂNGELA DE NORONHA BIGNAMI esclarece que vão criar a faculdade com o
38 curso, tudo junto, porque podem criar um curso em uma faculdade já existente, e dessa forma
39 não precisa passar no Consu duas vezes. Então, por exemplo, vão criar o curso de História
40 noturno, e passa no Consu uma vez só, porque vai ficar no IFCH, que já existe. Então, é

1 diferente quando se cria um novo curso em uma faculdade já existente e quando se cria uma
2 nova faculdade. A Conselheira MÔNICA ALONSO COTTA diz que o problema todo são os
3 prazos; se querem o curso para 2027, e a questão da faculdade remete ao parecer que será
4 emitido para que seja discutido no Consu. A questão da faculdade é estratégica; pergunta se vão
5 querer atrair docentes qualificados para um curso de Direito que estará dentro de uma unidade
6 já existente, onde esse curso será mais um curso, e onde esse docente se integrará em vários
7 outros cursos, ou se vão trazer alguém que vai entender que tem um papel central na nucleação
8 de uma faculdade. Estrategicamente, precisam colocar as duas coisas juntas para que, nessa
9 aprovação a princípio do Consu, se possa decidir se segue o trâmite da faculdade com o curso
10 ou se segue o curso somente e em que unidade isso teria que ficar. Então, o que o GT alinhou
11 foi a questão da faculdade, e tentaram seguir ao máximo as diretrizes da Secretaria Geral para
12 que as coisas tenham tempo hábil de acontecer. O Conselheiro FERNANDO AUGUSTO DE
13 ALMEIDA HASHIMOTO observa que não está instruído dessa forma. A Conselheira
14 MÔNICA ALONSO COTTA diz que, como viu escrito “para emissão de parecer”, achou que
15 isso estivesse claro, mas ressalta que não há tempo hábil de criar a faculdade depois. O
16 Conselheiro FERNANDO AUGUSTO DE ALMEIDA HASHIMOTO diz que por isso
17 perguntou se aproveitaram o tempo; farão as observações mais para frente, sobre a estrutura,
18 mas acha que, de fato, a faculdade isolada é mais importante. Pergunta se o prazo de 2027 é
19 para abertura do curso. A Conselheira MÔNICA ALONSO COTTA responde que o curso,
20 sendo aprovado no Consu de março, vai para a câmara da Comvest, para aprovação no manual
21 do candidato, e passa a constar do vestibular do final de 2026. O Conselheiro FERNANDO
22 AUGUSTO DE ALMEIDA HASHIMOTO pergunta se isso contando com a cessão dos
23 docentes das outras unidades. A Conselheira MÔNICA ALONSO COTTA responde que isso
24 contando, por exemplo, com docentes temporários, uma vez que os cargos estejam atribuídos
25 pelo Consu, na pior das hipóteses. O MAGNÍFICO REITOR diz que a aprovação em 2026
26 garante trabalhar com o *timing* que desejam; o que não podem é perder 2026, senão não podem
27 abrir o curso em 2027. O Conselheiro ANDRÉ KAYSEL VELASCO E CRUZ diz que, à luz
28 do que o professor Fernando Coelho sugeriu, de que deveriam rever as proporções, de 16 em
29 RDP e seis em RTC, vai tecer algumas considerações no sentido de defender aquilo que o GT
30 estabeleceu. Essa ideia de que cursos de Direito naturalmente são formados por professores em
31 dedicação parcial porque isso é melhor para a formação, uma vez que são profissionais ligados
32 às carreiras jurídicas ou ao mercado de trabalho em Direito, é algo que naturalizam no Brasil,
33 mas não é assim em outras paragens. Fez essa consulta a pessoas que são especialistas em
34 formação e carreira jurídica, sociologia do direito etc.. Em países como França, Alemanha,
35 inclusive Estados Unidos, a maioria dos docentes em curso de Direito, em alguns casos a
36 totalidade, são profissionais de dedicação exclusiva. No Brasil não é assim, por vários motivos,
37 inclusive porque a formação das faculdades de Direito, em grande medida, precede em mais de
38 um século a formação do sistema universitário brasileiro. Aliás, estão criando em 2027, entre
39 outros motivos, porque é o bicentenário da criação dos cursos jurídicos no Brasil, no caso, São
40 Paulo e Olinda, os atuais cursos de Direito da USP e da Universidade Federal de Pernambuco.

1 No Largo São Francisco, em 2002, quando lá ingressou, a imensa maioria do corpo docente era
2 de profissionais em RTC e RTP. Havia um número muito pequeno, naquele momento, em
3 RDIDP, mas hoje as proporções devem ser diferentes. Parece-lhe que a proporção que o GT
4 pensou foi adequada, no sentido de tentar encontrar um equilíbrio entre a vocação, a missão
5 fundacional da Unicamp, de ser uma universidade de pesquisa, e ao mesmo tempo a realidade
6 do mundo jurídico brasileiro, em que os cursos de Direito necessitam de profissionais
7 vinculados às carreiras jurídicas, como desembargadores, promotores, advogados etc., que não
8 abdicarão das suas carreiras para dar aula. E lembrando que os professores em RDIDP ainda
9 contam, hoje em dia, com a flexibilidade para, se for o caso, prestar serviço dentro das
10 limitações hoje vigentes, emitindo pareceres, esse tipo de coisa. Nesse sentido, acha que a
11 proposta inclusive alinha o curso de Direito da Unicamp não apenas com o seu projeto enquanto
12 Universidade, mas também com aquilo que ocorre em outros países, inclusive do norte global,
13 onde há uma grande proporção, ou mesmo maioria, de docentes de cursos de Direito em regime
14 de dedicação exclusiva. Assim como no caso do currículo, serão os professores dessa faculdade
15 que farão dela no futuro outra coisa, uma coisa é a que vão estabelecer, outra coisa é o que ela
16 será daqui a cinco, 10, 15, 20 anos. Possuem pouco controle sobre isso. Mas lhe parece que,
17 para começar, essa é uma boa proporção e que sinaliza, para além de uma solução de
18 compromisso, aquilo que a Unicamp espera deste futuro curso. O Conselheiro RODOLFO
19 JARDIM DE AZEVEDO diz que, depois da fala do professor Fernando e a explicação da
20 professora Mônica, já ficou mais claro. Está entendendo que já existe um cronograma que
21 precisa ser trabalhado de forma bem apertada. Apesar de já ter sido aventada a contratação de
22 temporários, sugere mais brevidade, porque há poucas reuniões do Consu daqui para frente,
23 então precisam acelerar essa contratação. Não ficou totalmente claro para ele o que vão votar
24 hoje em relação ao curso, porque parece que estão criando a comissão que vai apoiar a criação
25 da faculdade. Esse pedaço, artigo 9º do Regimento Geral da Unicamp, parece bem claro agora,
26 leu o artigo, a Cepe deve enviar isso para o Consu. Do curso não ficou totalmente claro para
27 ele, mas não estão votando aqui e essa comissão vai tocar para frente. Seu entendimento na
28 primeira fala foi completamente equivocado, mas seus comentários valem para uso depois.
29 Sobre o cenário posterior, gostaria só de um esclarecimento: o curso e a faculdade estão sendo
30 criados ao mesmo tempo, mas alguém vai ter que assinar um papel de um para o outro e mandar
31 essas coisas lá. Parece-lhe que esse curso vai sair via PRG ou via alguma outra unidade; é só
32 uma coisa que queria tentar entender, porque não haverá um diretor para poder mandar esse
33 curso para frente, muito menos um coordenador de curso, que não será contratado ainda. Mas
34 acha que vale a excepcionalidade, afinal o Reitor pode avocar poderes e encaminhar essas
35 coisas, então vale a pena o processo para o ano que vem. O MAGNÍFICO REITOR diz que em
36 alguns momentos na gestão é um dia de cada vez. Há um olhar muito definido para a questão
37 do prazo da Comvest, para dar legitimidade. Não foi incomum em alguns momentos da história
38 da Unicamp que a criação de cursos tenha entrado no ano sem que eles estivessem na Comvest.
39 A Faculdade de Educação Física foi assim, o primeiro vestibular foi à parte, algo que hoje não
40 há mais possibilidade de fazer pelos Estatutos. Solicita à doutora Ângela que reforce o que estão

1 aprovando hoje. A Doutora ÂNGELA DE NORONHA BIGNAMI esclarece que a Cepe vai
2 emitir um parecer que será enviado ao Consu para deliberação em novembro. Ou seja, estão
3 aprovando ou não o encaminhamento ao Consu, com uma manifestação da Cepe dizendo que
4 está aprovada a continuidade do andamento dessa matéria. A Cepe se manifesta favoravelmente
5 ou desfavoravelmente à criação da faculdade com o curso de Direito. É uma manifestação
6 preliminar, que vai depois ser deliberada pelo Consu. Quem decide é o Consu. O Conselheiro
7 ANDERSON DE SOUZA SANT' ANNA faz sua autodescrição: é um homem branco, alto,
8 calvo, usa barba e está vestindo uma camisa quadriculada. Pergunta para a doutora Ângela em
9 qual momento da criação da faculdade devem receber a documentação, por exemplo, de uma
10 eventual certificação da faculdade para poderem avaliar tudo o que foi comentado aqui de
11 quadro docente e também de servidores. Outra pergunta é como está sendo prevista a
12 contratação dos docentes que vão atuar no primeiro ano de curso, tendo em vista que ano que
13 vem tem eleições. Nos primeiros semestres, já haverá muitas disciplinas de Direito, então
14 pergunta se docentes do IFCH, da FCA vão ministrar as primeiras disciplinas desse primeiro
15 ano, porque mesmo se começarem os concursos hoje, não conseguem contratar esse pessoal até
16 2027, por conta das eleições. O Conselheiro DANIEL MARTINS DE SOUZA faz sua
17 autodescrição: é um homem pardo, de 1,85 metro, cabelos pretos, usa barba e está vestindo uma
18 camisa bege. Segundo a doutora Ângela, a Cepe está dando prosseguimento à proposta de
19 criação de uma faculdade que vai conter um curso, obviamente. Só que os dados apresentados
20 aqui são sobre um curso, o RH apresentado é sobre um curso, portanto estão falando de duas
21 coisas. É favorável, obviamente, à criação do curso, entende a relevância, mas observa que a
22 discussão sobre a criação da faculdade precisa ter um fórum adequado, que vai muito além da
23 discussão do curso. Para ele, são coisas bem diferentes pensar na criação de um curso e de uma
24 faculdade. É claro que elas estão intimamente conectadas, neste caso, mas a discussão da
25 criação de uma faculdade é algo muito mais complexo. A Conselheira GIOVANNA DA
26 COSTA ROMARO diz que ainda está com muitas dúvidas, apesar de ter entendido essa questão
27 do cronograma, e também a importância de aprovarem a criação de uma faculdade para,
28 inclusive, conseguir captar docentes qualificados para esse novo curso. O que não entendeu é
29 se essa proposta que está descrita, com o estudo do número de docentes, número de
30 funcionários, a estrutura necessária, diz respeito à criação da faculdade ou à criação do curso.
31 E ainda é preciso esclarecer como, mesmo aprovando tudo dentro do cronograma que já está
32 previsto, vão implementar um curso de Direito sem ter a estrutura montada. Porque mesmo que
33 esteja prevista a contratação inicial, 2026 é ano eleitoral e há também a questão de espaço físico.
34 A Conselheira JOSELY RIMOLI faz sua autodescrição: é uma mulher branca, de cabelos
35 grisalhos, usa óculos e é PCD. Valoriza a proposta e se posiciona favoravelmente, considerando
36 o cronograma, os recursos previstos, que essa comissão aprove o encaminhamento. Porém,
37 devem aprender com o que viveram na FCA, por exemplo. Tem todo o respeito pelos diretores,
38 compreende as necessidades de reposição de vagas, mas, considerando a história da Unicamp,
39 a grande urgência de um curso de Direito perante os complexos problemas da sociedade e
40 ambientais, que a Universidade se valorize e não faça só uma estrutura minimalista, mas sim

1 uma realista. Foi uma das 12 professoras que fundou a FCA, e lá ministrou 26 disciplinas, o
2 que prejudicou a sua carreira. Dava aula no curso de Engenharia, sendo que pertence à área da
3 Saúde. Então, precisam aprender com as experiências. Há questões de financiamento da
4 universidade pública, sim, mas a Unicamp possui 60 anos de história; ela deve se valorizar e
5 solicitar a verba para a implementação realista desse curso. A Conselheira MÔNICA ALONSO
6 COTTA diz que está claro que, se não encaminharem juntas as propostas de criação do curso e
7 da faculdade, não haverá prazo hábil para 2027. Mas isso é uma decisão que a comissão de
8 especialistas vai avaliar e vai propor ao Consu e sai da esfera do GT e da PRG. Agradece ao
9 professor André pelo apoio à proposta; na CCG nem sempre estão do mesmo lado, mas
10 considera muito a opinião dele. Diz ao professor Rodolfo que realmente ficou claro na pauta
11 que a proposta estava para emissão de parecer, então não entrou nesse detalhe, mas aproveitou
12 a oportunidade para expor o trabalho, justamente por conta dos prazos apertados, mas a decisão
13 realmente é do Consu. Respondendo ao professor Anderson sobre a questão dos docentes para
14 o primeiro ano, diz que desde maio, quando entrou na PRG, recebe pelo menos quatro vezes
15 por mês contato de pessoas perguntando quando vão abrir os concursos para a faculdade de
16 Direito ou para o curso de Direito da Unicamp. Conseguem contratar alguém por processo
17 seletivo temporário em três meses, levando em conta o processo interno, e depois, obviamente,
18 a contratação leva mais um tempo. Então, isso é factível, cabe a eles fazer acontecer. Concorda
19 com o professor Daniel que a criação da faculdade exige mais atenção. E, respondendo à
20 conselheira Giovanna, diz que a estrutura é um pouco baseada na própria experiência de gestão.
21 Enquanto foi diretora do Instituto de Física, apoiou várias unidades que estavam em apuros,
22 então é justamente isso o que desejam nortear para que aconteça. Se colocarem todas as
23 unidades estanques, com funcionários estanques, com RH estanque, com TI estanque, com
24 biblioteca estanque, estão perdendo a oportunidade de criar as conexões que a área de Direito
25 precisa dentro da Universidade. E por isso também o comitê de acompanhamento, para mapear
26 o que é necessário e o apoio. Tem certeza que tanto a PRG, quanto a DGRH, quanto a Detic
27 vão dar esse apoio nos primeiros anos de funcionamento da faculdade, mesmo que não haja
28 funcionários lotados na faculdade. Isso é um uso que considera saudável dos recursos públicos,
29 de não alocar a pessoa sem ter claramente a necessidade de que ela precisa estar lá. Concorda
30 totalmente com a professora Josely que a experiência da FCA foi bastante traumática.
31 Acompanharam isso, inclusive, nas discussões de vagas nos grupos de diretores, que elevou
32 bastante o número de professores na FCA. E, justamente por isso, há professores da FCA no
33 GT e no comitê. Devem aprender com os erros. A estrutura minimalista a que se referiu é o
34 início desse processo; se estão pensando em uma pós-graduação e na criação de uma área de
35 Direito, obviamente não será uma estrutura minimalista. O MAGNÍFICO REITOR diz que no
36 fundo a Cepe está fazendo um papel que antecede aquilo que poderiam ter encaminhado direto
37 ao Consu. Estão fazendo uma discussão prévia, apresentando uma minuta de curso e, claro,
38 uma proposta de criação de uma faculdade. Esse tema passou por várias perspectivas, como
39 alocar em uma faculdade existente ou não, e ressalta que as experiências da Unicamp se
40 apresentam de diferentes formas. Lembra que o curso de Economia pertenceu ao IFCH, em uma

1 fase da história. Ele elaborou o projeto do curso de Ciência do Esporte, que existe porque o
2 curso de Psicologia não foi aprovado naquele Consu, e sugeriu que fizessem a substituição. Até
3 hoje não possuem o curso de Psicologia na Universidade, que é uma discussão de futuro
4 importante também. Há oportunidades na história que mostram dados que às vezes não são tão
5 previsíveis, por isso pensam um dia de cada vez. Sua visão muito pessoal é que a Unicamp
6 anunciar a ideia de ter um curso de Direito e ter um projeto, que já vem sendo discutido há cerca
7 de três anos, demonstra uma vontade explícita de participar de uma área importante no país e
8 no mundo, como o professor André disse, com a visão que a Universidade Estadual de
9 Campinas possui no seu campo de pesquisa, no seu campo de inovação, no seu campo de estar
10 sempre na fronteira do conhecimento, e daquilo que mais a caracteriza, que é a sua capacidade
11 de refletir em todo o país como uma perspectiva nova. O projeto contempla sustentabilidade,
12 direito público, uma série de temas que hoje em cursos de Direito muito tradicionais não
13 existem. Então essa é uma característica marcante do projeto. Observa que não há, neste
14 momento, limitação de ICMS, o que há é uma queda de arrecadação potencial. Isso já exige
15 atenção da Administração Central da Universidade, mas pode ser que acabe diferente em
16 dezembro, pois ainda estão trabalhando com as previsões orçamentárias. O que tem sido
17 combinado para o ICMS das três universidades tem sido cumprido; é diferente do desafio que
18 terão quando ocorrer a reforma tributária, que inspira uma maior atenção. Isso é um assunto ao
19 qual as três reitorias das universidades estão muito atentas. Não sabe se a história que o
20 professor André comentou é verdadeira sobre o porquê a Unicamp até hoje não tem o curso de
21 Direito, dizem que isso é um acordo antigo, histórico, mas também acha que chegou a hora de
22 avançar nessa área muito importante, com todos os argumentos que foram aqui comentados. E,
23 por fim, faz um elogio e um agradecimento muito grandes ao comitê que trabalhou nesse
24 projeto, que já possui uma robustez inicial muito forte. Sabem que depois que o corpo docente
25 toma assento, o curso passa por uma série de transformações, ajustes, e há muitos mecanismos
26 possíveis: podem indicar um diretor *pro tempore*, como o professor Rodolfo disse, podem
27 indicar uma unidade que faça as contratações. A PRG tem autonomia, a Reitoria tem autonomia,
28 e não podem demorar para escolher uma casa onde essas pessoas vão ficar, para poder começar
29 a ter urgentemente uma identidade, um certo desenho de permanência e, sobretudo,
30 pertencimento àquilo que a Unicamp tem. Não havendo mais observações, submete à votação
31 da criação da faculdade de Direito e do curso de Direito, que é aprovada com 24 votos
32 favoráveis, 01 voto contrário e 02 abstenções. Nada mais havendo a tratar na Ordem do Dia,
33 passa ao Expediente, informando que a DGRH fará um aviso sobre o recadastramento anual a
34 ser feito agora em novembro. A senhora MARIA APARECIDA QUINA DE SOUZA faz sua
35 autodescrição: é uma mulher branca, de cabelos castanhos amarronzados na altura do ombro,
36 usa óculos e está vestindo uma blusa estampada. Diz que, na semana passada, foram
37 surpreendidos por uma decisão do governo do estado de que o recadastramento anual de 2025
38 seria feito agora no mês de novembro. Então, de 1º até 30 de novembro, todos os servidores,
39 tanto do Estado de São Paulo quanto das autarquias, terão que fazer o recadastramento anual
40 pelo sistema SOU, do Estado de São Paulo. O aplicativo é autoexplicativo, inicialmente a

1 pessoa faz a checagem dos dados pessoais, se há alguma alteração, e depois também a questão
2 do reconhecimento facial. Costuma ser um processo demorado, porque todo o estado está
3 fazendo isso; se houver dúvidas, estão à disposição na Central de Atendimento da DGRH, e na
4 página constam todas as orientações. Já fizeram contato com os RHs locais para ajudá-los nessa
5 empreitada, porque se não for feito o cadastramento no tempo estipulado pelo governo do
6 Estado, ele solicita a suspensão do pagamento. É um processo bem acompanhado pela DGRH
7 e, ao mesmo tempo, bem doloroso, portanto solicita a colaboração de todos para que fiquem
8 atentos a esse prazo. O governo do estado já encaminhou *e-mail* para todos os servidores, mas
9 a DGRH também vai encaminhar, para reforçar, então é um mês de atenção. Orienta que não
10 deixem para o último momento, porque pode ser que ocorra alguma dificuldade, seja necessário
11 retornar ao aplicativo, muitas vezes é preciso desinstalar o aplicativo, instalar novamente, mas
12 a DGRH está acompanhando e à disposição para qualquer dúvida. O Conselheiro JÖRG
13 KOBARG faz sua autodescrição: é um homem branco, tem 1,83 metro, é calvo, usa óculos e
14 está vestindo uma camisa rosa. Diz, sobre o item 49 da Ordem do Dia, relativo ao convênio,
15 que a FCF tem interesse em participar. Informou-se durante a reunião que em 2022 houve
16 tentativas de participar, mas por alguma razão não aconteceu. Recentemente houve mais uma
17 tentativa da FCF de entrar e foi dito que era muito tarde, que a questão estava muito avançada
18 e agora não seria o momento de entrar. Mas, enquanto isso, a Faculdade preparou tudo, há um
19 programa de quantos estagiários e tudo o mais, isso está pronto, então seu pedido é que possam
20 aproveitar a retirada de pauta para inserir a FCF. A Conselheira MÔNICA ALONSO COTTA
21 responde que a conversou com a Prefeitura Municipal, que indicou que seria melhor manter
22 esse e começar um novo aditivo para a Faculdade de Ciências Farmacêuticas. É preciso passar
23 por várias análises, comissões, CACC etc., e não haveria tempo hábil para incluir. O
24 Conselheiro JÖRG KOBARG responde que tudo bem, só deixa registrado que a FCF possui
25 interesse de em um segundo momento entrar. A Conselheira MÔNICA ALONSO COTTA diz
26 que, na CCG, quando discutiram esse assunto, colocaram que seria muito importante que os
27 coordenadores de graduação das áreas de Saúde conversassem entre si para alinhar os
28 procedimentos, porque não tem sentido fazer um convênio e depois fazer quatro aditivos. O
29 ideal é fazer um convênio que já cubra toda a área de Saúde da Unicamp, e lembra que a FOP
30 está na mesma posição que a FCF. A Conselheira ANA MARIA ALVES CARNEIRO faz sua
31 autodescrição: é uma mulher branca, de cabelos castanhos curtos, está usando óculos e uma
32 blusa preta. Diz que inicialmente vai falar da mudança no Faepex e depois dar algumas notícias
33 dos pesquisadores. Receberam a notícia por *e-mail* de mudanças no processo de solicitação de
34 verbas, que a princípio agiliza o processo, mas solicita alguns esclarecimentos, especialmente
35 quanto às restrições colocadas nos itens C e D. Ficam receosos de que essas restrições possam
36 acarretar um efeito contrário ao que o conselho do Faepex desejou fazer, diminuindo o escopo
37 de perfis que possam receber o auxílio e diminuindo também o valor do auxílio. Entendem que
38 o item C restringe o total concedido pelo Faepex a, no máximo, 50% do valor da
39 complementaridade e o item D restringe a complementaridade apenas a projetos em que o
40 solicitante seja pesquisador responsável ou principal. Sabem que muitos projetos têm valor

1 inferior a R\$16 mil e também que muitos solicitantes integram projetos e não necessariamente
2 os coordenam. Então, a dúvida é se esses perfis vão ficar de fora no escopo da solicitação. Em
3 seguida, tem duas notícias muito boas em relação ao Centro de Biologia Molecular e
4 Engenharia Genética – CBMEG; a primeira é que houve a aprovação de um projeto do
5 Programa de Apoio à Pesquisa em Parceria para Inovação Tecnológica – Pite – Grandes
6 Projetos, no valor de R\$2 milhões, denominado “Avanço de Moléculas Ligantes para Proteínas
7 Envolvidas em Processamento de RNA”, e também a aprovação de um projeto da Empresa
8 Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial – Embrapii, para o desenvolvimento de insumo
9 farmacêutico, no valor de R\$10 milhões por cinco anos, no Centro de Química Medicinal -
10 CQMED, em fármacos biofármacos. Uma ótima notícia em relação ao Lume é que ele foi
11 convidado a fazer uma exposição no prédio do Itaú Cultural, na Avenida Paulista, em São Paulo.
12 Faz parte do resultado de um projeto temático e de um outro projeto Fapesp, junto com a
13 Universidade Ghent, que aborda a questão arte e tecnologia, mais especificamente ações físicas,
14 poéticas, em relação à arquivamento virtual, via VR, *mockup*, e essa exposição vai ficar do dia
15 13 de dezembro até fevereiro. O Lume convida todos a usufruir dessa exposição. Também
16 informa que o novo programa de divulgação científica e cultural teve o doutorado aprovado,
17 vai começar a primeira turma, tendo recebido 71 inscrições para o mestrado e 26 inscrições para
18 o doutorado. O pessoal do Nudecri e do IEL está bastante feliz. O Conselheiro DANIEL
19 MARTINS DE SOUZA diz que também vai comentar as novas diretrizes do Faepex em relação
20 ao auxílio à pesquisa. Inicialmente saúda a PRP na condução da ideia de desburocratizar o
21 processo de concessão a uma parcela dos docentes da Universidade. Tudo o que pode levar à
22 desburocratização, facilitar os processos internos é muito bem-vindo, e por isso saúda a PRP
23 nessa condução. Acabaram de receber por *e-mail* e aproveita para parabenizar pelo novo auxílio
24 início de carreira, que também é muito bem-vindo e necessário, atendendo à comunidade como
25 se deve. Pessoalmente, por ter como atividade principal na Universidade a pesquisa, beneficia-
26 se da desburocratização proposta aqui, mas representa os docentes e foi procurado com algumas
27 preocupações em relação a isso, um pouco em linha com o que a conselheira Ana Carneiro já
28 mencionou. O Faepex é um órgão que tende a fomentar a pesquisa, o ensino e extensão, e acha
29 que a sensação de uma parcela das pessoas, quanto a essas novas diretrizes, é que a
30 desburocratização pode, por um lado, desfavorecer uma classe de pessoas. Foi mencionado, e
31 entende todo o esforço que o Faepex faz para ter uma aprovação em torno de 98% dos pedidos,
32 mas pergunta, desses 98%, qual é a fração que vai se beneficiar diretamente da
33 desburocratização. As pessoas ficaram um pouco receosas, porque pode desburocratizar para
34 alguns, mas eventualmente dificultar para outras pessoas. O último item colocado depois da
35 discussão na Câmara de Pesquisa poderia estar mais bem descrito, de uma forma um pouco
36 mais acolhedora, em vez de tratar como “casos omissos”. O termo incomodou um pouco,
37 porque parece que para algumas pessoas existe um favorecimento, para outras é colocada uma
38 barreira e vão ver o que fazer. Talvez fosse interessante já deixar claro como esses outros casos
39 vão ser tratados, até mesmo em uma linguagem um pouco mais acolhedora, pensando que o
40 fundo quer promover a pesquisa na Universidade. É importante lembrar que existem diferentes

1 perfis na Universidade em relação a pesquisa, ensino, extensão, mas todos precisam fazer
2 pesquisa e ter claramente os critérios para estarem também beneficiados. A Conselheira
3 CLARISSE PALMA DA SILVA diz que sua fala vai ser também em relação à deliberação do
4 Faepex. Recebeu vários colegas bastante angustiados, então solicita alguns esclarecimentos
5 adicionais. Primeiramente, parabeniza a PRP por esse importante movimento em relação a
6 simplificar a burocracia dos processos internos. Sabem que esse processo de desburocratização
7 não é simples e gera muita complexidade, mas pede que não se desestimulem de continuar nesse
8 processo de simplificação da burocracia, que é muito louvável e certamente vai trazer muitos
9 benefícios para toda a comunidade acadêmica. A questão é que a interpretação dessas regras
10 foi muito diferente entre os docentes, e muitos manifestaram muita preocupação e insegurança
11 em relação à aplicação. Solicita que reconsiderem realmente o uso da expressão “casos
12 omissos”, uma vez que ela pode transmitir a ideia equivocada de omissão por parte do docente,
13 quando, na verdade, só estão falando de situações não previstas na complementaridade.
14 Pergunta como será conduzido o processo de análise dessas situações não previstas na
15 complementaridade mencionada na deliberação. Acha que a principal dúvida é que vai haver
16 um conjunto de aprovações automáticas e qual porcentagem da cota anual vai ser destinada para
17 quem vai automaticamente e quanto para quem não vai. Essa dúvida gerou uma certa angústia
18 nos docentes e pesquisadores. A outra dúvida é quais serão os critérios e as instâncias de
19 avaliação, porque está claro que há um conjunto de complementaridade que vai ser automática,
20 já se falou de alguns pontos que não vão ser contemplados, e fica a dúvida do que vai ser
21 contemplado na questão em que a complementaridade não é automática. E, por fim,
22 considerando os projetos em parcerias, por exemplo, interunidades, interinstitucionais ou até
23 mesmo internacionais, que não são explicitamente contemplados nessas categorias de cota
24 automática, pergunta se não seria o caso de que fossem avaliados em pareceres *ad hoc*, porque
25 em alguns casos, por exemplo, na Fapesp, há a denominação muito clara de “pesquisador
26 responsável” e “pesquisador principal”, mas em algumas outras agências não há. Por exemplo,
27 no CNPq, não há o pesquisador principal, que não é o responsável, então, muitas vezes, os
28 pesquisadores que colaboram, que são os pesquisadores associados, teriam uma função muito
29 importante e que, no caso aqui, não estaria sendo contemplada, pelo menos como um caso a ser
30 avaliado, o que também não ficou muito claro. A Conselheira GIOVANNA DA COSTA
31 ROMARO diz que vai trazer um pouco mais à luz a questão da autarquia, um tema que
32 chegou com força na comunidade, algo que tem sido muito trabalhado pela Reitoria, com várias
33 reuniões em unidades diferentes, com grupos diferentes. Acha que, por parte da Reitoria, está
34 sendo feito um trabalho de levar a informação, mas ainda falta um pouco do diálogo com a
35 categoria de funcionários sobre esse processo. É importante começarem a refletir sobre os
36 impactos que isso vai trazer também para a pesquisa, para a extensão e para o ensino. Há vários
37 problemas que estão sendo alinhados com essa proposta da autarquia e um deles, que está
38 sendo muito pouco falado, é a questão da centralização. A proposta que está sendo colocada
39 para discussão e decisão em breve coloca a FCM com o papel central, com a sua direção
40 tornando-se líder de um conselho dessa nova autarquia. Isso destrói o modelo de

1 compartilhamento de decisões, que hoje são tomadas por diversas superintendências, pela
2 Diretoria Executiva da Área da Saúde, pelo Conselho Universitário, por órgãos assessores. São
3 decisões que envolvem mais de R\$1 bilhão de despesas, e passarão a ser tomadas por um único
4 conselho dessa autarquia, o que cria um processo muito desproporcional. Hoje, por exemplo,
5 as faculdades cruciais, como a de Enfermagem e de Farmácia, que realizam grande parte das
6 suas pesquisas e atuação no complexo hospitalar, vão ter uma relação um pouco mais
7 distanciada, sem representação garantida nesse núcleo de conselho. Isso sem falar dos grupos
8 de pesquisa de todas as outras unidades que têm parcerias com a área hospitalar para as ações
9 de extensão e pesquisa, e que podem ser impactados. Essa centralização, com menos
10 transparência e envolvimento deliberativo das instâncias universitárias, pode ser um retrocesso
11 muito grave. Isso não é um temor teórico, pois o que acontece com os hospitais universitários
12 estaduais que adotaram esses modelos mostra uma realidade alarmante, em que os
13 pesquisadores e estudantes, principalmente da Medicina, mas também das outras áreas,
14 enfrentam dificuldades de acesso e restrição para realizar os estudos e pesquisas, isso sem falar
15 da extensão, que é um pouco mais complexa. Acha que a vinculação desse hospital-escola se
16 torna frágil, vão precisar de uma aprovação constante dessa autarquia para essas atividades que
17 antes eram inerentes e não eram questionadas, então passa a ser uma preocupação de todos.
18 Além do risco acadêmico, existe o risco do financiamento, da precarização do trabalho e tudo
19 o mais. Dessa forma, precisam se atentar um pouco mais a esse assunto. O Conselheiro
20 CLÁUDIO JOSÉ SERVATO diz que o Grupo Apesar tem bandeiras e questionamentos
21 próprios que coincidem com outras linhas políticas da Universidade. São um grupo forte com
22 conquistas pró-funcionários e servidores. Na gestão do professor Fernando Costa, o Grupo
23 Apesar propôs a criação da décima terceira parcela do auxílio-alimentação. Na ocasião, a
24 Reitoria analisou e concedeu o auxílio por dois anos consecutivos. Após orientações da PG na
25 ocasião, a Reitoria cessou o pagamento do benefício. Solicitaram durante anos, mas a resposta
26 era que o Ministério Público proibia. Continuaram pautando sem sucesso o pagamento da
27 décima terceira parcela do auxílio-alimentação durante anos, e ano passado houve o pagamento
28 desse benefício, após a categoria e seus representantes deixarem claro à Reitoria a insatisfação
29 com o não pagamento do abono à Unicamp, como estava ocorrendo na USP. Após muito
30 diálogo e negociação, foi concedido o vale-alimentação extra natalino. Pergunta à atual gestão
31 se haverá comunicado, como ocorreu no ano passado, no dia 9 de dezembro, informando à
32 comunidade a concessão do vale-alimentação extra natalino. Sobre a autarquização da área de
33 Saúde, têm recebido questionamentos aflitos de como será a vida dos servidores nesta nova
34 estrutura. Existem muitas dúvidas e há necessidade de a gestão acalmar os servidores, utilizando
35 diálogo para sanar suas dúvidas e aflições. Confia no sindicato para conduzir o assunto de
36 autarquização e vai apoiá-los. Como integrante do grupo dos não modulados pelo STF, pede a
37 Deus que ilumine os advogados para que essa situação seja resolvida juridicamente e que a
38 Unicamp e seus dirigentes tenham ciência de que são vítimas do sistema e que contribuam
39 dentro do possível para mantê-los como Esunicamp. Situação complicada, constrangedora para
40 os não modulados, e é importante que a PG, que embasou juridicamente os conselheiros em

1 2013 para aprovar a mudança de regime por unanimidade, esteja com o mesmo intuito para
2 mantê-los em Esunicamp. A Conselheira FERNANDA GARANHANI DE CASTRO SURITA
3 faz sua autodescrição: é uma mulher branca, de cabelos longos, grisalhos, usa óculos e está com
4 um vestido vermelho. Diz que vai trazer uma outra pauta sobre inclusão e permanência
5 estudantil, com dois itens, um mais geral e um mais específico. Vai começar pelo específico,
6 que é a questão do uso do refeitório por alguns estudantes que têm bolsa emergencial. Os
7 estudantes com bolsa emergencial têm limitação no uso para alguns restaurantes, e há alunos
8 da área da Saúde que estão em estágios e que precisam se alimentar próximo de onde estão, e
9 isso não está garantido a eles. Então, fica uma situação de exposição bem grande que eles têm
10 que se colocar como essa condição de bolsa emergencial para que depois os coordenadores de
11 curso vão atrás de conseguir alguma mudança. Acha que uma política pública não pode ser
12 favor, ela deve estar embasada em sua totalidade. Não sabe se não havia essa previsão, mas
13 agora estão com esse problema para estudantes da área da Saúde que não podem usar os
14 refeitórios da área da Saúde e que precisam se deslocar para outros lugares. Em alguns casos,
15 isso vai comprometer o estágio, pois revezam o horário de almoço. Já levaram o assunto para a
16 comissão de ensino da Faculdade de Ciências Médicas, mas acha que isso tem que ser garantido
17 para todos de uma forma bem ampliada dentro da Universidade. Quando foi eleita para a
18 representação docente, uma das questões principais que a trouxeram até aqui foi trabalhar para
19 a inclusão e permanência estudantil. E quando lhes apresentaram as comissões que poderiam
20 compor, pessoalmente escolheu participar desta e de uma nova comissão, que estava sendo
21 criada para a inclusão e permanência estudantil. Até hoje não foi chamada para essa comissão,
22 já conversou com a Secretaria Geral, que a encaminhou para esse órgão, e não sabe se essa
23 comissão não está existindo ou se ela que não está sendo convocada. Solicita alguma elucidação
24 com relação a isso, porque, realmente, uma das pautas que a trouxeram para o Consu foi essa
25 questão. O Conselheiro RODOLFO JARDIM DE AZEVEDO comunica que está acontecendo
26 hoje o Seminário de Inovações Curriculares, e estará em um painel às 14 horas, para o qual
27 convida a todos. É um evento bem importante, é a décima edição, ele acontece a cada dois anos,
28 o que considera interessante, porque conseguem acumular várias ações. Sugere que ele seja um
29 pouco mais divulgado, pois o portal da Unicamp não está mencionando no painel principal,
30 poderiam aproveitar e divulgar, já que tem transmissão ao vivo e tudo o mais. Na página da
31 PRG há divulgação, obviamente, mas poderiam levar esse tipo de ação também para o portal
32 da Unicamp. O Conselheiro LEONARDO LORENZO BRAVO ROGER pede desculpas,
33 porque o assunto que vai comentar não compete exatamente à Cepe, mas pela importância e
34 pela urgência precisa falar. A situação dos telhados na Faculdade de Tecnologia está muito
35 complicada. Recentemente, depois de muita gestão, e agradece desde já o apoio que receberam
36 da Administração Central, conseguiram equipar com ar-condicionado o principal auditório da
37 Faculdade. Mas no mesmo dia em que estavam instalando os ar-condicionados, choveu e
38 começou a pingar água sobre os novos aparelhos de ar-condicionado, e os próprios técnicos que
39 estavam instalando tiveram que colocar cobertura de *nylon* nos aparelhos. Isso no edifício
40 traseiro da FT, na PA-07, e no edifício administrativo, que é muito mais antigo ainda, nem se

1 fala. Então, é uma situação precária, extremamente grave, portanto pensa que unidades que
2 estejam em uma situação tão complicada como essa devem ser atendidas de forma emergencial.
3 O Conselheiro ANDERSON DE SOUZA SANT'ANA reforça o pedido do professor Leonardo
4 e diz que a FEA também fez uma reunião recente na Aeplan para tratar desse assunto. Essa
5 questão do telhado é bastante crítica em várias unidades e gostariam de pedir uma atenção
6 especial da Administração Central para isso. A Conselheira JOSELY RIMOLI diz que vai se
7 reportar às falas dos seus colegas sobre a questão da deliberação Faepex. Diz à professora Ana
8 Frattini que tem o maior respeito por todo o processo que foi disparado, reconhece uma
9 simplificação, e pergunta como ficam os docentes que são de áreas singulares ou de difícil
10 acesso em relação a aprovações externas. Sugere que seja reaberta essa discussão, pois foi
11 procurada por muitos colegas de várias faculdades, então está aqui reportando esse pedido. O
12 Conselheiro ANDRÉ KAYSEL VELASCO E CRUZ diz, sobre o Faepex, que a Administração
13 poderia se sensibilizar pelo fato de que o conjunto do espectro da bancada docente está se
14 manifestando na mesma direção. Ou seja, representantes das duas chapas que concorreram a
15 essa representação estão colocando questionamentos. Acrescenta o seguinte: dependendo da
16 área na qual se inserem, não é fácil conseguir um temático, ou um Jovem Pesquisador, ou algo
17 do tipo, pois os perfis variam muito. Mesmo bolsa produtividade, submeteu duas vezes nos
18 últimos editais e, embora tenha tido boas avaliações, não foi contemplado porque, em geral,
19 quem recebe uma bolsa PQ fica com ela e, portanto, dadas as limitações orçamentárias, é muito
20 difícil que novas pessoas ingressem. No caso da Fapesp, um projeto temático leva muito tempo
21 para ser apreciado hoje em dia, e às vezes, sendo um jovem docente, vivem a situação de que
22 quando pleiteiam um projeto grande, recebem a resposta de que ainda não possuem carreira
23 para pleitear um projeto grande. E depois, quando pleiteiam outra coisa, dizem que não têm
24 projeto grande, então pergunta como fica alguém que está na primeira parte da carreira. A PRP
25 poderia rever, ou no mínimo esclarecer a comunidade adequadamente sobre isso. Outra
26 pergunta à Administração é se a Unicamp não vai se pronunciar acerca do horror que aconteceu
27 no Rio de Janeiro na semana passada. A Universidade se pronunciou em relação à Palestina,
28 foi um dos que mais defendeu que se fizesse isso, desde o ano passado, mas houve um evento
29 trágico no estado vizinho. Existem profissionais que discutem segurança pública na Unicamp,
30 inclusive no seu departamento, cujo grupo de pesquisa publicou nota a esse respeito. Acha que
31 não é porque o governador de São Paulo foi se solidarizar com o governador do Rio de Janeiro
32 que a Universidade não deve se pronunciar, porque uma coisa é combater o crime organizado,
33 outra coisa é atropelar os direitos humanos. O MAGNÍFICO REITOR passa a palavra aos pró-
34 reitores que compõem a Cepe. A Conselheira ANA MARIA FRATTINI FILETI faz sua
35 autodescrição: é uma mulher branca, de estatura média, cabelos castanhos, usa óculos e está
36 com um *blazer* bege. Agradece aos professores Ana Maria, Clarisse, Joseli, Daniel e André,
37 que fizeram questionamentos, pois é uma oportunidade de esclarecer a comunidade. O Faepex
38 trabalha em um conjunto de ações nas linhas de pesquisa, ensino e extensão. Uma das linhas na
39 área de pesquisa é a que liberam as cotas, e estão falando especificamente da deliberação das
40 cotas. Há todas as outras linhas, que são diferentes editais, existem cronogramas para esses

1 editais e algumas chamadas de fluxo contínuo, para as quais nenhuma complementaridade é
2 exigida. Portanto, estão aqui falando de uma resolução de uma pequena parte do Faepex, que
3 são as cotas anuais voltadas à pesquisa. Esses outros editais não precisam de
4 complementaridade porque, segundo a deliberação Consu que cria o fundo do Faepex, se há
5 situações não atendidas pelas agências de fomento, o Faepex serve para cobri-las. Então, para
6 essas áreas que normalmente não são atendidas pelas agências de fomento, podem trabalhar
7 totalmente sem caráter complementar. Isso não é feito hoje porque o sistema computacional
8 não permite, e ao detectar várias falhas no sistema computacional, solicitaram à Detic que
9 fizesse um novo sistema, no qual estão trabalhando juntamente com a Detic há um ano, para
10 liberar esse sistema no ano que vem. Isso vai lhes permitir flutuar nos vários critérios para cada
11 edital, para cada chamada de fluxo contínuo, de forma muito mais específica e muito mais clara.
12 Diante de várias demandas de infraestrutura para pesquisa que recebeu assim que assumiu a
13 PRP, no último ano da gestão anterior, que eram muito represadas e muito claras, executaram,
14 no último ano, R\$10 milhões em três chamadas de infraestrutura que absolutamente não
15 exigiram complementaridade. As agências de fomento simplesmente ignoram o que precisam
16 em infraestrutura predial, portanto estão falando de uma parte do Faepex muito pequena diante
17 de um todo; R\$10 milhões foi uma parte, e é mais do que foi executado em 2023. Então, era
18 uma demanda absolutamente represada que procuraram cobrir. Quando existem demandas
19 específicas de áreas que não estão sendo atendidas, como a professora Josely comentou, orienta
20 que peçam ao Faepex que abra esse tipo de edital. Outra demanda que não estava sendo coberta
21 pelas agências de fomento e nem pelo Faepex era a área de coleções microbiológicas, que tem
22 uma importância enorme para a Universidade e não estava tendo aporte financeiro. Então,
23 abriram edital para as coleções microbiológicas, também sem complementaridade. Outra área
24 é de pessoas que tiveram algum problema, se afastaram por um tempo e ficaram fora do sistema
25 de pesquisa. Tem o projeto Reinserção, que é fluxo contínuo, portanto pessoas que estão
26 distantes de qualquer tipo de financiamento têm fluxo contínuo para entrar com solicitações
27 desse tipo sem nenhum caráter complementar exigido. E o Faepex vem crescendo, graças ao
28 colega da PRDU, que entendeu a demanda da comunidade, ele cresceu em dotação
29 orçamentária por volta de R\$5 milhões no ano passado. Chegaram a um limite de pareceristas
30 para todas as solicitações que possuíam, o que os deixou em um gargalo. Nos grandes editais e
31 fluxos contínuos, precisavam ter melhorado, porque estão com apenas um parecerista para cada
32 solicitação, o que não é adequado. Precisavam ter dois ou três pareceristas para cada solicitação
33 dessa e não tinham, porque estavam no limite de tantos pareceres. Diante de tudo isso, fizeram
34 um estudo de quantos processos no ano passado tinham um projeto vinculado a esse solicitante,
35 e 80% dos projetos cujas cotas anuais liberaram no ano passado tinham um projeto ou CNPq,
36 ou Capes, ou Fapesp sob sua responsabilidade. E às vezes são duas ou três solicitações dentro
37 da mesma cota, porque são linhas diferentes, então não elimina uma só, elimina três
38 solicitações. Com isso, é possível enxugar o quadro de pareceristas e deslocá-lo para os grandes
39 editais que estão com muita concorrência para as áreas que as agências de fomento não cobrem.
40 Portanto, o maior objetivo foi liberar esses pareceristas para aquilo que era necessário nos

1 grandes editais do Faepex. Respondendo ao professor André, diz que a norma não se remete a
2 grandes projetos, um projeto de R\$16 mil não é um grande projeto; da forma como está escrita
3 a norma, ele libera a cota anual por quatro anos. Um projeto de R\$16 mil, que é bastante
4 simples, bastante singelo, com vigência de dois anos, libera a cota máxima durante quatro anos
5 seguidos para esse professor. Concorde com os colegas que a palavra “omissão” está
6 inadequada e pode ser revista. Quando pensaram em omissão, era para dizer justamente que a
7 nomenclatura de cada agência é diferente. Então, o pesquisador responsável, o principal, ou
8 pode ter outro nome, isso tem que ser avaliado. Todos os casos, seja por questão de
9 nomenclatura, seja por questão de que o projeto é internacional, ou seja por não enquadramento
10 no critério do item D, continuam absolutamente como é hoje. A solicitação entra, é enviada
11 para o assessor *ad hoc*, que devolve, é analisada por uma comissão de área do Faepex, portanto
12 não muda nada para aqueles que não têm uma liberação por um número de projeto. Precisam
13 desse número de projeto porque não vai ser mais uma pessoa que vai olhar esse número, o
14 próprio sistema automaticamente vai olhar aquele número, vai comparar com o que existe na
15 página da Fapesp ou do CNPq e vai liberar a cota. Então, era necessário um critério claro para
16 dizer que aquela pessoa não precisa passar por um *ad hoc*, nem por uma comissão, porque o
17 projeto que ela está usando aqui já passou por uma análise crítica nas agências de fomento, e
18 não existe a menor razão para fazer uma nova análise sobre isso. Tanto que a taxa de aprovação
19 dessas solicitações é 95%, porque são todos projetos excelentes. Então, absolutamente não é
20 para prejudicar ninguém; para quem não se enquadra, o processo continua como é hoje. Uma
21 coisa que percebe é que o critério de complementaridade às vezes é mal interpretado; não estão
22 falando de complementaridade da solicitação, mas no sentido de que se tem um projeto, mas se
23 esqueceu de pedir tal coisa, ou não podia pedir porque não estava no escopo dos itens legíveis,
24 mandar um aluno para um congresso, por exemplo. Se a pessoa tem um projeto grande ela pode,
25 com o número do projeto, liberar automaticamente a cota inteira para mandar o seu aluno para
26 o exterior. Não é preciso dizer que a passagem vai sair do programa de pós-graduação, não é a
27 complementaridade da viagem, mas sim daquilo que faltou no projeto que serviu para a
28 liberação automática da cota Faepex para ele. Não estão falando de grandes projetos, mas de
29 um projeto de R\$16 mil, com vigência de dois anos, que libera quatro anos da cota integral
30 Faepex. Portanto, não é nem complementar, é muito maior o Faepex do que o próprio projeto.
31 São 4 vezes 8, R\$32 mil, é o dobro do que ele está aprovando externamente ao Unicamp. São
32 80% dos projetos que vão ter a tramitação simplificada, o que significa que vão economizar
33 vários pareceristas e dois meses de espera dessas pessoas que já poderiam ter isso liberado
34 automaticamente. Os demais vão poder, sim, entrar no formato que é hoje, não muda
35 absolutamente nada. Concorde que a palavra “omisso” não está adequada e acha que poderiam
36 colocar no item E a seguinte redação: “As solicitações que não se enquadrarem nos critérios de
37 complementaridade descritos no item D poderão (...)”, etc. Se tiverem outra sugestão de
38 redação, podem ficar à vontade. O Conselheiro DANIEL MARTINS DE SOUZA diz que
39 mexeram um pouco no critério de elegibilidade, para ser, por exemplo, como a professora
40 Clarisse mencionou, a história do pesquisador associado ou principal. Houve uma pequena

1 modificação nisso, ou seja, algumas das contrapartidas antes aceitas não são mais aceitas, então
2 pergunta se os 80% é considerando essa nova configuração. A Conselheira ANA MARIA
3 FRATTINI FILETI confirma e diz que é um índice extremamente elevado, que vai salvar
4 bastante trabalho que não era necessário, porque esses projetos todos já foram avaliados. E a
5 questão de, realmente, se tem alguma área carente, essa demanda tem que chegar no Faepex,
6 porque estão acolhendo todas essas demandas. Por exemplo, ano passado, houve aquela
7 movimentação de licenciamento pelo governo federal dos biotérios. Institucionalmente, foi um
8 desespero em relação aos biotérios, foram até a PRP pedindo, não dava nem tempo de soltar
9 edital, e nesses casos fazem um edital especial e liberam as cotas. Essas demandas devem ser
10 levadas, porque sempre há esse outro lado dos editais específicos para as questões que as
11 agências não estão atendendo. Depois a Fapesp abriu a chamada de biotérios e acabou cobrindo
12 parte dos problemas. Mas ressalta que o que a agência de fomento não está cobrindo o Faepex
13 está lá para cobrir, e não exige complementaridade. Complementaridade é só para a linha de
14 pesquisa cota anual. O MAGNÍFICO REITOR agradece pelos questionamentos dos
15 conselheiros e pelos esclarecimentos da professora Ana e diz que podem ir ajustando os textos,
16 porque o princípio é talvez mais dinâmico. Há uma proposta aqui, mas se ainda não estiver bom
17 o texto, se mantêm em contato para chegar a um bom termo. A Conselheira CLÁUDIA
18 VIANNA MAURER MORELLI faz sua autodescrição: é uma mulher de meia-idade, de
19 cabelos naturalmente grisalhos, curtos, usa óculos de leitura de aro vermelho e hoje veste uma
20 camisa branca com listra vertical marrom. Informa que no último dia 30 entregaram a proposta
21 do Capes Global da Unicamp, um projeto de internacionalização institucional feito a muitas
22 mãos, com a integração de diretorias, de comissões, e a participação de todos os coordenadores
23 que se juntaram a eles nas reuniões que fizeram. É um projeto grande, a proposta tem 309
24 páginas em PDF na versão em língua portuguesa, depois teve a versão em língua inglesa, então
25 produziram mais de 600 páginas. O projeto está bastante robusto, e o que lhe agrada é o fato de
26 ser uma proposta institucional, dentro de um tema no qual a Unicamp se destaca, que é
27 sustentabilidade, e que possibilitou que todos os programas que quisessem pudessem aderir. No
28 total, 117 programas aderiram ao Capes Global, 73 deles aqui da Unicamp e o restante das
29 outras universidades. Vão conseguir captar pelo menos R\$24,6 milhões por ano, e poderão não
30 só mandar os alunos daqui para fora como trazer alunos também, alunos de doutorado e também
31 jovens de destaque no exterior. Considera isso bastante positivo, foi um tempo de muito
32 trabalho, mas de grande satisfação de estar fazendo uma proposta verdadeiramente
33 institucional. Ainda sobre internacionalização, informa que completaram as dez vagas dentro
34 do Grupo de Cooperação Internacional de Universidades Brasileiras – GCUB, também trazendo
35 alunos para cá, algo que faz parte do PDI de internacionalização, que é transformar um pouco
36 mais o *campus* em internacional. Costumam mandar muito aluno para fora, mas recebem
37 poucos, e precisam melhorar isso. A última notícia é que a Unicamp foi muito bem avaliada na
38 proposta do CNPq de bolsas, mas conseguiu apenas 30%, e não foi só a Unicamp, a USP e a
39 Unesp também tiveram um corte bastante razoável. Ainda assim, acha que os programas devem
40 continuar mandando proposta, porque quando possuem essas bolsas, só conseguem atribuir para

1 aqueles programas que participaram da proposta ao CNPq. Então, mesmo que seja bastante
2 decepcionante o número que recebem, é importante que mandem esses pedidos. Poderiam pedir
3 350 de mestrado, que foi o que fizeram, e 170 de doutorado, porque é a faixa A, e receberam
4 apenas 106 de mestrado e 51 de doutorado. A Conselheira MÔNICA ALONSO COTTA
5 informa que o programa Professor Especialista Visitante recebeu 30 propostas para o primeiro
6 semestre de 2026, foi um recorde, e vão fazer avaliação nos próximos dias. Informa também
7 que ocorrerá no próximo dia 6 o evento PAD/PED, em parceria com a PRPG, às 10 horas no
8 CDC, com uma palestra da fundadora e CEO da Mastertech, Camila Achutti. Também o
9 Seminário Inovações Curriculares, como o professor Rodolfo comentou, e observa que SEC
10 está lá fazendo a cobertura hoje, teve um número recorde de inscrições, é a décima edição do
11 evento, há participantes de todo o país, no formato híbrido, são cerca de 1.500 participantes,
12 batendo o número do evento *on-line* realizado durante a pandemia. É um evento que está muito
13 bem consolidado, inclusive com participação de instituições fora do país, da América Latina e
14 da Europa. Também será realizado o congresso do ProFIS, com base na iniciação científica dos
15 estudantes do programa, que vai acontecer entre os dias 1º e 5 de dezembro, no CDC, às 10h30.
16 Ocorrerá no EA² a reunião administrativa da Rede de Apoio ao Ensino Superior – RedAES,
17 que vai acontecer no dia 7, após o evento do Inovações Curriculares, com membros das novas
18 instituições signatárias, e haverá uma reunião junto com o pessoal do Erasmus, para organizar
19 atividades para 2026. Uma boa notícia é que os dois projetos que fizeram a toque de caixa para
20 o AfirmaSUS, que foi um edital criado para criar um grupo PET para a área de Saúde, foram
21 contemplados. Podiam mandar uma proposta por *campus*, havia uma proposta da FOP e uma
22 aqui da área de Saúde e as duas foram contempladas. Vão ter agora que correr para cumprir os
23 requisitos. Informa ainda que o vestibular indígena está com inscrições abertas de 3 de
24 novembro a 28 de novembro de 2025, com 130 vagas na Unicamp e 65 vagas na UFSCar. Além
25 disso, para finalizar, há os editais de apoio discente, programas de apoio às atividades estudantis
26 extracurriculares abertos, tanto para organização de eventos, como para participação em
27 eventos, e o prazo das propostas é de 5 de janeiro a 9 de fevereiro. Estão tentando divulgar com
28 a maior antecedência possível, e espera que possam replicar internamente também. Relata ainda
29 que o edital de apoio à linha ensino do Faepex, que é uma iniciativa da PRG com a PRP, vai
30 receber propostas em breve, e há uma novidade, que são as três faixas de financiamento, em
31 que o aporte de recursos para conjuntos de duas ou três unidades atuando em parceria é maior
32 do que para a unidade sozinha. Isso é uma tentativa de fomentar a interação entre as unidades
33 e tornar o ensino de graduação e pós-graduação também, que é previsto na proposta, porque
34 existem estruturas comuns, o mais flexível e interdisciplinar possível. A Conselheira ANA
35 MARIA FRATTINI FILETI parabeniza o professor Gustavo Doubek, da FEQ, que, junto com
36 o Grant Office e os demais pesquisadores se juntaram em uma proposta única para o edital de
37 centros temáticos da Finep e foram contemplados, saiu o resultado final. O projeto trata da
38 criação de ações sinérgicas nos campos de resíduos, energia e mobilidade, focados na transição
39 energética e cidades inteligentes. O nome é BioLoop, ele vai envolver várias unidades
40 diferentes, e isso foi uma ação muito forte do Grant Office, que chamou todos os possíveis

1 candidatos a disputarem, a conversarem e elaborarem um projeto único, o que deu uma força
2 enorme e foi super bem classificado na Finep. Então, tiveram essa aprovação de
3 aproximadamente R\$15 milhões nessa semana. No edital ProInfra Expansão, também com
4 atuação do Grant Office, o professor Daniel Ugarte teve um resultado preliminar ainda para a
5 aquisição de microscópio eletrônico de transmissão para a rede de microscopia da Unicamp.
6 Observa que a PRP está agindo sempre para juntar esforços, para que as pessoas não disputem
7 as verbas que vêm das agências de fomento, e isso tem sido um sucesso. No edital de bolsas de
8 pós-doutorado em gestão de pesquisa, fecharam as solicitações, foram solicitadas 31 bolsas e
9 no edital está prevista a distribuição de 10. No dia 2 de dezembro deve sair o resultado
10 preliminar. O Comitê de Ética em Pesquisa foi assumido pela professora e conselheira Fernanda
11 Surita, ontem ela teve seu nome credenciado pela Conep, depois de um esforço muito grande,
12 porque a Conep está paralisada por conta da mudança provocada pela Lei 14.874, de 2024, que
13 entrou em vigor no dia 7 de outubro. Houve uma renúncia coletiva por parte do grupo da Conep
14 e um encerramento das ações da Conep antes que o outro órgão sugerido para adquirir as
15 funções dela fosse criado. Há três meses para a criação de um novo órgão e a Conep foi extinta,
16 portanto estão em um limbo para as ações sobre os projetos que têm necessidade de emissão de
17 parecer do Comitê de Ética em Pesquisa. O CEP da Unicamp está sob nova responsabilidade,
18 as coisas estão andando à medida que a Plataforma Brasil permite, e o que não está andando
19 realmente é a Conep, está tudo parado nela, não há muito como intervir, mas estão
20 acompanhando o caso. Notícias sobre recursos Fapesp que estão indo para a Fundação: nos dias
21 5 e 6 de novembro, a Funcamp e a Fapesp estarão em treinamento, em *workshop*, para
22 aperfeiçoamento das práticas e para começar a instituí-las dentro da Funcamp. Voltarão a falar
23 sobre isso e provavelmente no início do ano que vem terão efetivamente isso implementado. O
24 Conselheiro FERNANDO ANTONIO SANTOS COELHO informa que em breve o Gabinete
25 vai soltar uma resolução, porque há várias demandas de pessoas querendo usar o logotipo dos
26 60 anos da Unicamp e foram estabelecidas algumas regras para a utilização desse logo. Outro
27 aviso é que o comitê responsável pela ocupação do terreno da nova moradia abriu espaço para
28 visitas no local, essas visitas estão sendo coordenadas com a ajuda do pessoal da Depi, já foi
29 feita uma visita pelos representantes dos alunos da moradia, e a partir daí o comitê vai se reunir
30 novamente para começar a estabelecer como o espaço vai ser organizado nesse primeiro
31 momento. Convida as pessoas interessadas a fazer a visita a falar com eles, pois o espaço
32 realmente é bastante interessante. Informa que no dia 10 de dezembro haverá a inauguração do
33 Museu de Odontologia de Piracicaba, que tem como objetivo ocupar a sede central, que é o
34 local onde começou a Faculdade de Odontologia de Piracicaba, nos anos de 1930. É um prédio
35 tombado, de propriedade da Universidade, que será agora utilizado como um espaço de
36 memória e, obviamente, também vão abrir para outras atividades. O MAGNÍFICO REITOR
37 propõe votos de pesar às famílias de: Aparecida Lúcia da Costa Mansur, servidora da Unicamp
38 que se aposentou em 2012 como coordenadora adjunta da DGA e faleceu no dia 20 de outubro;
39 e do professor Antonio Rubens Britto de Castro, docente aposentado do IFGW, que faleceu em
40 1º de novembro. Diz que as respostas aos questionamentos feitos pelos conselheiros serão

1 fornecidas oportunamente. Observa que fizeram várias reuniões sobre autarquização, e claro
2 que a qualquer momento estão dispostos a conversar com os grupos. Há um documento que
3 está sendo produzido para ser apresentado à comunidade para um novo ciclo de debates.
4 Agradece a todos pelos argumentos e diz à professora Fernanda Surita que vão procurar
5 respostas para os questionamentos dela. Recebeu algumas informações sobre o Hospital
6 Estadual de Sumaré, que é um problema, precisam discutir o que fazer, porque ele não está mais
7 sob regência da Unicamp, e os subsídios que antes faziam já não existem mais, porque a
8 Funcamp é a cuidadora daquilo dentro daquele modelo do sistema de fundação. Diz também
9 que vão checar com a Prefeitura a questão dos telhados para dar uma resposta aos professores.
10 Nada mais havendo a tratar, o MAGNÍFICO REITOR declara encerrada a Sessão e, para
11 constar, eu, Ângela de Noronha Bignami, Secretária Geral, lavrei a presente Ata e solicitei a
12 Aline Marques da Costa que a digitasse para ser submetida à aprovação da Câmara de Ensino,
13 Pesquisa e Extensão. Campinas, 4 de novembro de 2025.

*NOTA DA SG: A presente Ata foi aprovada na **418ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO**, realizada em 2 de dezembro de 2025, sem alterações.*



Favorável

23



Contrário(a)

0



Abstenção

2

VOTANTES**Nomes****Votos**

Eduardo Gurgel do Amaral

Favorável

Rodolfo Jardim de Azevedo

Favorável

Cláudio José Servato

Abstenção

Cláudio Francisco Tormena

Favorável

Fernanda Garanhani de Castro Surita

Favorável

Cláudia Vianna Maurer Morelli

Favorável

Marcos Nogueira Martins

Favorável

Fernando Antonio Santos Coelho

Favorável

Arnaldo César da Silva Walter

Favorável

Anderson de Souza Sant'Ana

Favorável

Fernando Augusto de Almeida Hashimoto

Favorável

Ronaldo Rômulo Machado de Almeida

Favorável

Daniel Martins de Souza

Favorável

Paulo José Rocha de Albuquerque

Favorável

Sandro Dias

Favorável

Clarisse Palma da Silva

Favorável

Ana Maria Frattini Fileti	Favorável
Giovanna da Costa Romaro	Abstenção
Mônica Alonso Cotta	Favorável
Ana Maria Alves Carneiro da Silva	Favorável
Josely Rimoli	Favorável
André Kaysel Velasco e Cruz	Favorável
Débora Cristina Jeffrey	Favorável
Leonardo Lorenzo Bravo Roger	Favorável
Jörg Kobarg	Favorável

NÃO VOTANTES**Nomes**

Claudio Saddy Rodrigues Coy
Emilson Pereira Leite
Roberta Cunha Matheus Rodrigues
Rachel Meneguello
José Antonio Rocha Gontijo
Maria Luiza Moretti
Renata Chrystina Bianchi de Barros
Lucas Santos Marçal
Erika Chioca Furlan
Amanda dos Santos de Deus

Rayan Gabriel Rodrigues da Silva

Pedro Víctor de Carvalho Costa

Higor Campos do Nascimento

Claudia Regina Castellanos Pfeiffer

Eliana da Silva Souza